FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE - PGDRA

MICROCRÉDITO: INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA - O CASO DA ACRECID

Francisco José Rosa de Lima

PORTO VELHO – RONDÔNIA
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO JOSÉ ROSA DE LIMA

Microcrédito: Instrumento de política de desenvolvimento em Rondônia – o caso da ACRECID

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Fundação Universidade Federal de Rondônia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Manuel Antonio Valdés Borrero, Dr.

PORTO VELHO
2007

Catalogação Biblioteca Central / UNIR

L7324m Lima, Francisco José Rosa de
Microcrédito: Instrumento de Política de Desenvolvimento em Rondônia- o Caso da ACRECID/ Francisco José Rosa de Lima. Orientador Manuel Antonio Valdés Borrero. – Porto Velho, 2007.
67f.

Dissertação apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

1. Economia-Rondônia 2. Microcrédito-Rondônia
I. Título

CDU : 33 (811.1)

Francisco José Rosa de Lima

MICROCRÉDITO: INSTRUMENTO DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA – O CASO DA ACRECID

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

_____
Prof. Vanderley Rodrigues Bastos, Dr.
Coordenador

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Manuel Antonio Valdés Borrero, Dr.
Orientador

_____
Prof. Osmar Siena, Dr
Membro

_____
Prof. Vanderlei Maniesi, Dr.
Membro

_____
Prof. Theóphilo Alves de Souza Filho Dr.
Membro

A minha mãe,
*Maria Ester (**in memoriam**) e ao meu pai Eliezer,*
pela fé e esperança que sempre depositaram em mim.

Aos meus filhos Janaynah, Luanna e Lucas,
sempre preocupados com o desenvolvimento
do trabalho, davam-me forças para continuar,
que este trabalho sirva de incentivo
na continuidade de seus estudos.

A minha companheira e amada Gedeilza, pela
compreensão, nos momentos de
impaciência e pelo seu amor.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, representado por seu corpo docente disposto a atender às solicitações dos acadêmicos, e, especialmente a coordenadora Profª Drª. Walterlina Brasil que sempre me motivou.

Agradeço a banca examinadora que, com suas orientações, permitiu que encontrasse a estrutura ótima do trabalho que buscava. Especialmente, ao Prof. Dr. Manuel Antonio Valdés Borrero (Manolo) – meu amigo -, que aceitou prontamente o desafio de orientar-me, pacientemente, nesta nova jornada. Acima de tudo, ensinou-me a "contornar as pedras do caminho" para completar mais uma parte da minha história.

Meus agradecimentos ao Prof. Josimar Walter Souza, pela gentileza da ajuda no abstract.

Aos colegas de curso pela convivência e pela troca de conhecimentos que, numa turma multidisciplinar como a nossa, é de fundamental importância. As nossas discussões permeiam este trabalho. Em especial, agradeço à Gleimíria e ao Amarildo Virgulino, sempre dispostos a conversar e a prestar-me solidariedade nos momentos difíceis.

E por último à ACRECID - Associação de Crédito Cidadão de Rondônia, pela autorização para a coleta de dados e informações. Agradeço a atenção dispensada pela diretoria nas pessoas dos senhores Manoel Serra C. Nascimento e Aníbal Martins Neto, e, especialmente a srta. Andréia Caetano Celestino que disponibilizou tempo e material de apoio, auxiliando naquilo que só a sua experiência no microcrédito poderia ensinar.

Talvez eu venha a envelhecer rápido demais,
mas lutarei para que cada dia tenha valido a pena.
[...]
Talvez eu sofra inúmeras desilusões no decorrer da minha vida.
Mas farei que elas percam a importância diante
dos gestos de amor que encontrei.
[...]
Talvez eu tenha que enfrentar alguns inimigos.
Mas terei humildemente para aceitar as mãos que
se estenderão em minha direção.
[...]
Talvez eu não tenha forças para realizar todos os meus ideais.
Mas jamais irei me considerar um derrotado.
[...]
Talvez eu não aprenda todas as lições necessárias. Mas terei a consciência
que os verdadeiros ensinamentos já estão gravados em minha alma.
[...]
Talvez eu não tenha motivos para grandes comemorações.
Mas não deixarei de me alegrar com as pequenas conquistas.
[...]
E se ainda não me convenci disso, é porque
como diz aquele ditado: "ainda não chegou o fim"
porque no final não haverá nenhum "talvez" e
sim a certeza de que a minha vida valeu
a pena e eu fiz o melhor que podia.

“Talvez” Aristóteles Onassis

‘

RESUMO

Esta dissertação avaliou a eficácia do programa de microcrédito, como instrumento de desenvolvimento regional no Estado de Rondônia, mediante a análise do papel da Acrecid na geração de trabalho e renda, para as populações mais carentes de recursos. Para tanto, desenvolveu-se, inicialmente, uma revisão das abordagens sobre os principais conceitos de desenvolvimento econômico, na sua dimensão regional e local. Explorou-se o conceito de economia popular, objetivando caracterizá-la, bem como verificou, a partir dele, o grau de pobreza associados aos tomadores de microcrédito. Neste trabalho adaptou-se e utilizou-se metodologia proposta pelo Banco Mundial através do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe da OIT (PREALC) em que se propõe um conjunto de indicadores que permitem explicar e avaliar a eficiência do microcrédito. Os resultados do trabalho apontaram que a instituição proporciona desenvolvimento econômico local de forma modéstia porque fornece crédito aos microempreendedores informais, pouco contribuindo para a geração de novos empregos, somente permitindo aumento na renda do empreendedor. Entretanto, o programa não é massificado para a população mais carente de recursos. Nesse sentido, a Acrecid se torna atípica, pois ao oferecer crédito a diversos segmentos da sociedade, e não somente aos pobres, perde o caráter de microcrédito, passando a ter forma de agência de crédito.

Palavras-chave: Microcrédito – desenvolvimento regional – Rondônia – economia popular – trabalho e renda

ABSTRACT

This dissertation evaluated the effectiveness microcredit program as instrument of regional development in the state of Rondônia, by means of the analysis of the role of the Acrecid in the work generating and income for the most lacking populations of resources. For so much, it was developed, initially, a revision of the approaches about the main concepts of economic development, in its regional and local dimension. The concept of popular economy was explored, objectifying to characterize it, as well as to verified, starting from him, the poverty associates' degree to the possession of the microcredit. In this work it was adapted and used a methodology proposal by the World Bank through the Regional Program of Employment for America Latina and Caribbean of OIT (PREALC), in that intends a group of indicators that you/they allow to explain and to evaluate the efficiency of the microcredit. The results of the work aimed that the institution provides development economic place of form modesty because it supplies credit to the informal micro enterprisers, not very contributing to the generation of new employments, only allowing increase in the entrepreneur's income. However, the program is not oriented for the most lacking population of resources. In that sense, Acrecid becomes atypical, because when offering credit to several segments of the society, and not only to the poor, it loses the microcredit character, starting to have form of credit agency.

Key-words: Microcredit – Rondônia - regional development – popular economy – work and income.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Exportações *per capita* de Rondônia (1999 – 2006) 33

Tabela 02 – IDH – Estados da Região Norte (1999 e 2000) 34

Tabela 03 – Domicílios pobres em Rondônia 35

Tabela 04 – Linhas de crédito da Instituição 43

Tabela 05 – Evolução da Clientela (2004 – 2006) 45

Tabela 06 – Distribuição do valor total das operações 45

Tabela 07 – Total das operações e saldos acumulados por faixa de valor 46

Tabela 08 – Distribuição do total emprestado por faixa de crédito 47

Tabela 09 – Distribuição dos clientes por faixa de crédito 47

Tabela 10 – Indicadores de Resultados da Acrecid 49

Tabela 11 – Distribuição dos clientes por faixa de renda familiar 1ª operação 51

Tabela 12 – Variação da renda do empreendedor entre a 1ª e ultima operação 52

Tabela 13 – Distribuição dos clientes por fonte adicional de renda familiar 53

Tabela 14 – Distribuição dos clientes por setor 54

Tabela 15 – Distribuição dos clientes conforme a atividade formal ou informal 54

Tabela 16 – Distribuição dos clientes por gênero 54

Tabela 17 – Distribuição dos clientes por tipo de operação 55

Tabela 18 – Clientes por quantidade de operações 55

Tabela 19 – Grau de bancarização dos clientes 56

Tabela 20 – Distribuição de Clientes quanto ao número de empregos por empreendimento 56

Tabela 21 – Indicadores da Acrecid comparados com *benchmark* do Brasil e América Latina 59

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACRECID – Associação de Crédito Cidadão de Rondônia
AL – América Latina

BACEN – Banco Central do Brasil

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEAPE - Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor

CREDIAMIGO – Programa de microcrédito do Banco do Nordeste S/A

CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

FEDER – Banco da Federação Européia

FENAPE – Federação dos Centros de Apoio ao Pequeno Empreendedor

FIDER – Fundo Institucional de Desenvolvimento de Rondônia

FOB - Expressão do comércio internacional que significa “posto a bordo”,

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LSE – Levantamento Sócio-Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

PORTOSOL – Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL do Rio Grande do Sul

PREALC - Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe da OIT

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda – Governo Federal

SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio a Pequena e Média empresa

SFN – Sistema Financeiro Nacional

VIVACRED – Instituição de microcrédito do Rio de janeiro, atuante nas favelas

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO 13
1.1 Contextualização da Pesquisa 13
1.2 Problematização 14
1.3 Objetivos da pesquisa 15
1.3.1 Objetivo geral 15
1.3.2 Objetivo específico 15
1.4 Importância e contribuição da pesquisa 16
CAPÍTULO II - MICROCRÉDITO 17
2.1 Conceito de desenvolvimento econômico, político e social 17
2.2 Outras variáveis do conceito de desenvolvimento 19
2.2.1 Cooperação e capital social 19
2.2.2 A temática da sustentabilidade 20
2.2.3 A questão do desenvolvimento regional 21
2.3 Surgimento da chamada Economia Popular 23
2.4 O microcrédito como instrumento de desenvolvimento 24
2.5 Experiências com a Implantação do Microcrédito 27
2.6 Características dos Programas de Microcrédito – Sistemáticas de Funcionamento 28
CAPÍTULO III - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA 31
3 O desenvolvimento econômico de Rondônia 31
CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 36
4.1 Tipo de pesquisa 36
4.2 Método 36
4.3 A Matriz de análise: problemas, descritores e variáveis 39
4.4 As fontes de informações 42
CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 43
A ACRECID DA CONSTITUIÇÃO À ATUALIDADE 43
5.1 Análise do Problema de Focalização do Microcrédito 44
5.2 Análise do Problema da Sustentabilidade do Programa 48

5.3 Análise do Problema da Dimensão do Impacto Econômico 51
5.4 Análise do Problema de Performance das Operações de Microcrédito 53
5.5 Problema da Dimensão do relacionamento com o Sistema Financeiro 56
5.6 Análise do Problema da Dimensão do Impacto Social do Microcrédito 56
5.7 Análise dos Indicadores da Acrecid com os Benchmarck's do Brasil e América Latina 58
CONCLUSÃO 61
REFERÊNCIAS 63

INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da Pesquisa

No âmbito da teoria econômica, especialmente na neoclássica, a maioria dos modelos de desenvolvimento, supõe que o crescimento econômico, por si só, gera efeitos benéficos para todas as camadas da população. Tal pressuposto se baseia no que se denomina de efeito **vazamento** do crescimento (*trickle-down effect of growth*). Dessa forma, o crescimento econômico tem sido, por muito tempo, um dos requisitos para enfrentar o problema social da pobreza, não obstante, a maioria dos economistas terem conhecimento de que o crescimento econômico não é suficiente para reduzir a desigualdade e a pobreza (MALUF, 2000).

Existem fatores, localizados no âmbito nacional, que determinam a pobreza. Entre os quais se destaca o **grau de iniqüidade existente em cada país**. O padrão de desenvolvimento econômico, na configuração da organização social das atividades produtivas, traz, intrinsecamente, a forma de apropriação da renda da sociedade. Dessa forma o crescimento econômico beneficia, apenas, um grupo da sociedade com acesso às riquezas produzidas (MALUF, 2000).

O Brasil não foge a regra. Na região Norte, Rondônia tem, hoje, uma população de 1.537.072, com o percentual de 27,8% na faixa de pobreza e 5,8% na faixa de indigência. Em Porto Velho, de uma população de 403.849, 29,97% (121.033) encontra-se na linha de pobreza e 6,99% (28.229) na linha de indigência (IBGE/PNAD/2005).

As políticas públicas são elaboradas para minorar as desigualdades. Nesse contexto o microcrédito, como política pública, representa um dos instrumentos de política possível para a redução da pobreza. Com ele, parte da população mais pobre pode ser inserida no mercado de crédito, e permitir que indivíduos que não possuem riquezas possam se tornar empreendedoras de pequenos negócios. O microcrédito se revela, dessa forma, como um mecanismo de geração de trabalho e renda.

O microcrédito diferencia-se do sistema de crédito bancário por atender aos microempresários que estão fora do mercado formal de crédito e, por não reunirem às exigências burocráticas, não terem garantias reais ou porque o tamanho do

negócio estar aquém do exigido pelos programas oficiais de financiamento, para a geração de emprego e renda. Nesse sentido, o microcrédito, sob a ótica de promoção do desenvolvimento local, deverá fomentar a construção de cadeias produtivas voltadas à produção de bens e serviços, com o mínimo de exigências aos tomadores.

A atual regulação do microcrédito - Resolução 3.310, de 31 de agosto de 2005, do Banco Central (BACEN) - conferiu a ele o tratamento de instituição financeira, retirando-lhe a virtuosidade de: atender aos setores informais, ou mesmo ao pequeno empreendedor do setor formal, com rapidez e flexibilidade. Assim, o microcrédito perde a real possibilidade de desenvolver a solidariedade, a cooperação e fazer despertar o espírito associativo nas comunidades carentes. Isto confere a esta política pública a sua conotação de ineficiente**.**

No entanto, organismos de crédito popular multiplicam-se no Brasil por iniciativa da Sociedade Civil, do Poder Público, mediante parcerias entre ambos e entre organismos multilaterais. Entre os casos mais conhecidos estão: rede Banco Mulher; Associação de Crédito Cidadão - Acrecid (Rondônia), Rede Ceape - Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor; Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda do Governo Federal; VivaCred (Rio de Janeiro); Instituição Comunitária de Crédito Portosol (Porto Alegre); Crediamigo do Banco do Nordeste (Região Nordeste e Norte de Minas Gerais), Banco do Povo Paulista e Banco Popular (Banco do Brasil S/A).

Assim, mediante a compreensão do papel da Associação de Crédito Cidadão de Rondônia – Acrecid, se pretende avaliar o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico e social do Estado.

1.2 Problematização

O Banco Mundial sugere, aos países em desenvolvimento, algumas ações políticas para combater altos índices de pobreza. Entre essas ações recomenda o aumento dos investimentos em infra-estrutura e uma regulamentação menos rigorosa com abordagens inovadoras para melhorar o acesso aos mercados financeiros. Nesta última, propõe a expansão do microcrédito como instrumentos

capaz de garantir a maior inserção dos mais pobres nos mercados (BANCO MUNDIAL, 2001).

Segundo Sant'ana (2001), o microcrédito, como política pública, é completado e adjetivado como política de educação, direito, cooperação, solidariedade, cidadania, gênero etc. A intenção do autor foi a de realçar o papel de inclusão social do microcrédito.

O principal objetivo do microcrédito deveria ser o de proporcionar aquisição de ativos para os grupos sociais, atualmente sem acesso a tais bens. Em outras palavras, o microcrédito deve socializar fatores de produção nas mãos de famílias, indivíduos ou grupos que, na atualidade não dispõe de meios de subsistência.

Na prática a maioria das operações de microcrédito termina por beneficiar indivíduos e grupos sociais que já tem inserção média ou alta nos mercados e que, por restrições de capital próprio, não conseguem ampliá-la. Esta situação é que leva a pesquisar o papel desta política pública no desenvolvimento econômico no Estado de Rondônia, mediante a busca de resposta para a pergunta:

> **O microcrédito concedido pela ACRECID proporciona a massificação do programa para a camada mais pobre da população, ao mesmo tempo em que demonstra eficácia de política pública na promoção do desenvolvimento econômico e social local?**

1.3 Objetivos da Pesquisa

1.3.1 Objetivo Geral.

Compreender a política pública do microcrédito e seu impacto, por meio da Acrecid, no desenvolvimento econômico e social do Estado de Rondônia, além do seu papel no fortalecimento das atividades econômicas de pequeno porte e o nível de inclusão da população de menor poder aquisitivo no mercado financeiro.

1.3.2 Objetivos Específicos.

- Analisar os indicadores de sustentabilidade financeira da instituição.

- Analisar até que ponto ocorreu à distribuição de benefícios pela Acrecid, para a população de menor poder aquisitivo, na geração de emprego e renda, no Estado de Rondônia.
- Verificar a ocorrência da eficiência do microcrédito utilizado pela Acrecid.

1.4 Importância e Contribuição da Pesquisa

O sistema financeiro convencional se caracteriza pela seleção de tomadores de empréstimos que se dediquem a empreendimentos viáveis, com baixo risco de se tornarem inadimplentes. Essa diferenciação de clientes inviabiliza a expansão do crédito à grande parcela da população que acaba excluída do sistema financeiro.

O microcrédito, que se apresenta como respostas a esses problemas, insere a população de baixa renda no mercado de crédito. Visto, assim, o microcrédito passa a ser considerado como política pública de desenvolvimento social e econômico local, merecendo estudo com relação à sua eficácia.

A realização desta pesquisa possui relevância econômica, social e política, ao pretender estudar o papel da Acrecid e do microcrédito no desenvolvimento econômico e social do Estado de Rondônia como instrumento de desenvolvimento regional.

CAPÍTULO II - MICROCRÉDITO

Este capítulo apresenta e discute o conceito de desenvolvimento na esfera econômica, política e social para subsidiar a avaliação do microcrédito como instrumento de desenvolvimento regional no estado de Rondônia.

2.1 Conceito de Desenvolvimento Econômico, Político e Social

Ao longo dos dois últimos séculos, estudiosos das diversas ciências tentaram explicar as causas do desenvolvimento econômico. Respostas convincentes, mas não definitivas, são encontradas nos livros dos primeiros economistas, chamados fisiocratas, como François Quesnay, Turgot e Du Pont de Nemours e clássicos, como Adam Smith, David Ricardo e Malthus. Contudo, o conceito de desenvolvimento foi abordado, sempre de forma indireta, debatendo questões como a origem da riqueza e a importância do comércio internacional no crescimento dessas economias (OSER; BLANCHFIELD, 1983).

Posteriormente, a conceituação de desenvolvimento econômico levou os economistas à formulação de modelos que englobasse apenas variáveis econômicas. Sob esse prisma, o desenvolvimento, foi definido como o aumento do fluxo de renda real, ou o incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição da sociedade (FURTADO, 1961).

Nessa conceituação eram confundidos os determinantes do crescimento com os do desenvolvimento econômico, como se esses dois conceitos, desenvolvimento e crescimento, fossem sinônimos. O foco no desenvolvimento, como mero crescimento econômico fazia sentido nas condições econômicas do período de análise, momento em que as forças produtivas do sistema capitalista estavam em plena expansão.

> *O desenvolvimento econômico abrange, pois, um amplo escopo analítico, notadamente no que diz respeito aos aspectos metodológicos. Deve-se ter em mente, entretanto, que o crescimento abrange somente um dentre os múltiplos aspectos de desenvolvimento econômico (PAVARINA, 2003, p. 9 e 10).*

Mas, desenvolvimento econômico está relacionado à "*melhoria nas condições de vida e no bem-estar dos indivíduos*", que implica no tratamento de variáveis, não somente econômicas, mas, sociais e ambientais.

A mudança de paradigma ocorre, a partir de 1990, quando o Banco Mundial (2001) afirma que, dezenas de variáveis podem estar relacionadas à melhoria das condições de vida dos indivíduos e o conceito amplo de desenvolvimento não pode ignorá-las. Um importante aspecto levantado por Sen (2000, p.14), diz respeito ao fato de que o Produto Nacional elenca somente bens transacionados no mercado, aos quais se pode imputar um determinado preço. Excluem-se elementos aos quais a atribuição de um preço torna-se uma tarefa difícil e complexa, tais como o ambiente natural, social, físico, que podem influenciar ou mesmo determinar as condições de sobrevivência da população. Sen reforça esta idéia ao expressar que:

> *O processo de desenvolvimento econômico não pode abstrair da expansão da oferta da comida, vestuário, moradia, serviços médicos, educacionais, etc. e da mudança da transformação da estrutura produtiva, e estas mudanças, importantes e cruciais, são sem dúvida questões de crescimento econômico (SEN, 1989, p. 12).*

Assim, diferentemente da abordagem inicial, no desenvolvimento econômico deve-se computar, ao longo do tempo, a existência de aumento de crescimento econômico (medido pelos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita)* e a redução dos níveis de desemprego, pobreza e desigualdade, melhoria dos níveis de vida ou de bem-estar. Estes últimos, medidos pela melhoria de indicadores de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte (MILONE, 1998).

Para Souza (1997), as medidas destinadas a atacar diretamente a pobreza podem ser indispensáveis quando a renda for muito concentrada e as populações carentes, muito numerosas. Nem sempre um maior nível de renda significa, necessariamente, melhores índices de desenvolvimento. Determinados indicadores, como mortalidade infantil, número de matrículas escolares, igualdade de sexos na educação e liberdades políticas apresentam uma correlação imperfeita com a renda per capita. Aumentar níveis de nutrição e expectativa de vida, entre outros indicadores, é fundamental para melhoria do bem estar social.

A complexidade do conceito de desenvolvimento pode ser compreendida quando Sen (2000, p. 12 e 13) amplia ainda mais a definição, considerando o "[...] desenvolvimento um processo de expansão das liberdades reais para as pessoas desfrutarem da riqueza produzida"*.* Entretanto, "*tais liberdades não devem limitar-se à acumulação de riqueza ou ao crescimento das demais variáveis relacionadas à renda*" (PAVARINA, 2003, p.8), elas devem se referir igualmente aos direitos civis,

políticos e sociais que permitam a realização das necessidades elementares da sociedade. Assim, o crescimento torna-se, a seu ver, não um fim *per si,* mas um meio relevante para o desenvolvimento econômico (SEN, 2000, p.12 e 13).

O conceito de crescimento abrange, então, somente um aspecto dentre os múltiplos que se relacionam com o desenvolvimento econômico; o crescimento da produção material, onde o crescimento do Produto Nacional não significa, portanto, melhoria na qualidade de vida nem apropriação homogênea por toda a população.

Neste contexto, o microcrédito tem um relevante papel no desenvolvimento como instrumento da inclusão social.

2.2 Outras Variáveis do Conceito de Desenvolvimento

2.2.1 Cooperação e Capital Social

No atual debate em torno do conceito de desenvolvimento, está a noção de cooperação entre os indivíduos, mesmo em sociedades complexas, competitivas e desiguais. Tal discussão está em evidência nos últimos anos, ao considerar que o próprio dinamismo econômico depende de fatores não econômicos e diferentes da competição entre os agentes.

Putnam (1996) passou a valer-se da expressão 'capital social' para caracterizar um conjunto específico de relações interpessoais que condicionam ou determinam o comportamento econômico. Segundo o autor, os fatores que se ligam mais à confiança e à cooperação social contribuem mais ao desenvolvimento das sociedades do que à competição. Para Bourdieu (1985) capital social é definido como *"[...] um agregado de recursos, reais ou potenciais, ligados à posse de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de reconhecimento mútuo."* (SILVEIRA, 2005, p.11).

A importância do conceito de capital social no melhoramento da qualidade de vida da sociedade se apresenta em Franco (2001): "*[...] a idéia de cooperação e de cooperatividade sistêmica como elementos sem os quais a competição e a competitividade sistêmica levam ao crescimento concentrador e, portanto, a crescimento sem desenvolvimento."*

O microcrédito, como instrumento de desenvolvimento, deverá estimular a solidariedade e a cooperação social ao transferir recursos para os segmentos sociais mais pobres. Nesse sentido deverá fortalecer e aumentar o capital social da nossa sociedade.

2.2.2 A Temática da Sustentabilidade

Na década de setenta, foi acrescentado ao conceito de desenvolvimento, o adjetivo de sustentável. Nesse contexto para a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1998), o desenvolvimento é sustentável quando as necessidades básicas de todos sejam atendidas e estendidas a todos. E, por todos, a Comissão se refere aos seres humanos – não só os da atual geração, como também os que virão no futuro e deve se estender por muito tempo.

Desse modo, a sustentabilidade do desenvolvimento se refere à manutenção da melhoria de vida da sociedade com qualidade ambiental. São necessárias a revitalização dos recursos naturais renováveis e a preservação dos recursos não renováveis, associados ao desenvolvimento. Em analogia com os sistemas vivos, não humanos, Franco (2001), considera sustentáveis os sistemas que se caracterizam pela autocriação e a reprodução, o que faz a distinção entre os seres vivos e matéria inerte. Assim, agrega desenvolvimento ao potencial de incremento de capital social e também à idéia de sustentabilidade, ao afirmar que quanto menos capital social for produzido por um sistema social, menos se aproximam suas características das particularidades de um sistema vivo.

A visão de sustentabilidade, ao associar desenvolvimento ao meio ambiente, vem sendo crescentemente enfatizada em seus aspectos multidimensionais, que segundo Silveira (2005) são:

i - político-institucional: democracia participativa, ampliação da esfera pública;

ii – socioeconômica: equidade, inclusão social, novos padrões de produção-circulação-consumo;

iii - ambiental: preservação e recuperação da biodiversidade; e

iv – cultural: sociodiversidade, primado de relações não-discriminatórias.

2.2.3 A Questão do Desenvolvimento Regional e Local

Pensar em desenvolvimento requer a definição do seu alcance territorial. Até pouco tempo atrás, o termo desenvolvimento era usado de forma agregada esquecendo-se da diversidade com relação ao desenvolvimento das localidades do país.

Desenvolvimento regional procura interagir no político e no econômico e social para o desenvolvimento de determinado local, seja na questão industrial, agrícola ou comercial.

A finalidade é a implementação de políticas de redução das desigualdades regionais. Por sua importância, insere-se na agenda nacional, na medida em que se busca um crescimento que contribua para a atenuação das diferenças, sejam elas interpessoais ou inter-regionais.

Siqueira e Siffert Filho (2001) entendem desenvolvimento regional como uma política para melhorar as condições sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões. Utilizando indicadores, afirmam que a relação das empresas e a infra-estrutura e social com o nível educacional da população e os índices sociais e de renda compõe o estoque de capital fixo da região, cuja avaliação mede o grau de desenvolvimento regional.

No caso brasileiro, entende-se essa importância em função da própria mudança na agenda nacional, sobretudo após o Plano Real, em 1994. A estabilidade econômica proporciona aos governantes o retorno ao planejamento de longo prazo[1], traçando estratégias e linhas de ação que unem a busca do desenvolvimento econômico e social com o respeito ao meio ambiente, tanto regional quanto nacional.

No entendimento de Swinburn (2006), o conceito de desenvolvimento local tem o importante papel de melhorar a viabilidade econômica das comunidades, a partir das bases econômicas locais. Este tipo de desenvolvimento requer de programas e projetos a remoção dos obstáculos ao melhor aproveitamento dessas bases econômicas e de geração de emprego.

---

[1] Um dos aspectos positivos do planejamento de longo prazo é o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do atual governo. Para Rondônia, destinou à construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira, a de Santo Antonio e do Jirau. Nos transportes procura solucionar o problema central da logística do agronegócio, as estradas federais, que hoje se encontram em estado deplorável (autor).

O desenvolvimento local deve ser consolidado em face do atual processo de globalização das economias. Portanto, a criação de identidades locais é efeito da globalização, quando especifica os diferentes setores, assim como de localidades. Em alguns casos as localidades são mercantilizadas, no sentido de que, chegam até a virar marcas de produtos típicos.

> *As condições locais determinam as vantagens comparativas de uma comunidade e, conseqüentemente, a sua habilidade para atrair e reter os investimentos. Mesmo as pequenas cidades e suas áreas rurais adjacentes podem encontrar nichos de oportunidades no nível nacional e internacional, se construírem suas bases levando em consideração as vantagens que naturalmente possuem. A globalização aumenta as oportunidades e a competição por investimentos. Ela oferece oportunidades para a empresa local desenvolver novos mercados e também apresenta desafios em relação aos competidores internacionais, que entram nos mercados locais. (SWINBURN, 2006).*

Trata-se, para esta visão de desenvolvimento, de ter uma estratégia que posicione vantajosamente espaços territoriais delimitados face ao mercado globalizado. Pois, o fato de haver um ambiente econômico globalizado não dispensa a necessidade de que os empreendimentos produtivos situarem-se em determinadas localidades.

Para alguns:

> [...] a produção da diferença espacial consiste, no entanto, em mero produto da lógica desigual da dinâmica econômico-financeira, bem como do aprofundamento da divisão geográfica do trabalho. Diferenciação é sinônimo, nesse caso, de competição e de desigualdade, onde o importante é oferecer melhores condições para atrair e reter novos investimentos, o que, freqüentemente, se expressa por meio do antagonismo e da exclusão de uns em relação a outros, produzindo-se, ao final, ganhadores, de um lado, e perdedores, de outro (ALBAGLI, 1998, p.).

A hipótese do desenvolvimento local não é, sobretudo, uma hipótese por negação da possibilidade de desenvolvimento centralizador ou não-concentrador diz Silveira (2005, p. 8 e 9):

> [...] na verdade, pressupõe e afirma a idéia bastante simples de que, efetivamente, a inclusão social - no mundo dos direitos, no mundo da produção. Ou, mais amplamente no mundo da subjetividade pública, sem a qual não mais se exercem os direitos e a integração produtiva - é algo que passa pelos lugares-locais, por onde se constroem a experiência, a vida social e a ação comunicativa dos atores reais, das pessoas reais.

2.3 Surgimento da chamada Economia Popular

O modelo de industrialização seguido pela maioria dos países subdesenvolvidos, em especial no Brasil, baseado, principalmente, na substituição de importações, permitiu a esses países alcançar, um ritmo aceitável de crescimento do produto industrial e nacional, mas, não se traduziu numa expansão paralela das oportunidades de emprego produtivo (SOUZA, 1980).

Conseqüentemente, esse modelo traz consigo a organização de um setor econômico, onde a demanda de mão-de-obra não é função do processo de acumulação, dentro do próprio setor, mas do excedente de mão-de-obra gerado pelo setor formal da economia. Esse novo setor organizado do mercado de trabalho passou a ser chamado de **economia popular**, em que oferece as oportunidades de produzir ou vender algum bem, que gere renda. Este setor torna-se cada vez mais importante em função do aumento das condições de pobreza urbana da população e das desigualdades distributivas nacionais que persistem em larga escala (REIS, 2005*).*

Para Milton Santos (1978), o progresso técnico atual, muda profundamente à composição técnica do capital e reduz rápida e drasticamente a demanda de mão-de-obra, principalmente nos setores mais afetados pela modernização (SANTOS 1978, p. 34).

A economia popular é diferenciada como um fenômeno generalizado que se estende por toda a América Latina, no contexto das profundas transformações do mercado e das estruturas econômicas e sociais em curso, definindo esse fenômeno como **economia informal**, **estratégias de subsistência**, **economia subterrânea** e outras expressões similares (RAZETO, 1993).

> *A economia popular surge como conseqüência de dois processos estruturais que marcam a evolução do capitalismo subdesenvolvido nas últimas décadas. De um lado, o setor moderno da produção e do mercado nesses países, exigido pelas mudanças tecnológicas e pela reestruturação dos mercados internacionais, tem esgotado suas capacidades de absorver a força de trabalho e de permitir o acesso à satisfação das necessidades e aspirações de amplos setores populares. Inclusive, em vez da capacidade de absorver e integrar, esses países têm começado a excluir as forças de trabalho e demanda de bens e serviços essenciais para a subsistência nos setores populares (RAZETO, 1993, p. 35).*

Para Razeto (1993), a economia popular é heterogênea e diferenciada internamente, classificando-a em cinco categorias:

a) microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar e individual, ou de dois ou três sócios;

b) organizações econômicas populares;

c) iniciativas individuais não estabelecidas e informais;

d) atividades ilegais e com pequenos delitos (prostituição, venda de drogas etc.);

e) soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada, que vão desde subsídios oficiais para indigentes até a mendicância de rua.

Neste contexto, Singer (2002) apresenta o conceito de economia solidária como uma forma de organizar a produção em grande escala, sem ser pelo molde do grande capital. Cooperativas de produção e consumo, por exemplo, representam uma forma de quebrar o isolamento das pequenas e microempresas e de oferecer a elas possibilidades de cooperação e intercâmbio que aumentem suas probabilidades de êxito. E, segundo Razeto:

> *A economia de solidariedade é concebida como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p. 40).*

2.4 O Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento

Segundo Keynes (1985), a determinação do nível de emprego não depende de decisões dos trabalhadores e sim dos capitalistas. O pleno emprego na economia capitalista não consegue empregar, continuamente, todos aqueles que desejam trabalhar (COSTA, 2001b).

J acob (2003) aborda que os aspectos teóricos que norteiam o tema crédito, ocorrem através de duas interpretações posteriores à Teoria Geral de Keynes (1985):

> *A primeira é a pós-keynesiana, mais precisamente a abordagem realizada por Hyman Minsky (1986), sobre a questão da fragilidade financeira dos agentes econômicos e a influência da incerteza para sua tomada de decisões,*

> *demonstrando a inclinação em direção ao comportamento defensivo de preferência pela liquidez. A segunda interpretação novo-keynesiano é a hipótese do modelo de racionamento de crédito, cuja discussão iniciou em 1981 por Joseph Stiglitz e Andrew Weiss com o artigo "Credit Rationing in Markets with imperfect information", na American Economic Review, que desenvolve um modelo de análise em uma plataforma teórica keynesiana adicionada de microfundamentos (JACOB, 2003, p. 17).*

A taxa de juro, que é o preço do capital emprestado, não funciona como ferramenta para equilibrar a oferta e a demanda por crédito, havendo um equilíbrio abaixo do pleno emprego.

O custo de transação e informação assimétrica introduzidos na análise do mercado de crédito tem sido revisada teoricamente. Segundo Kraychete (2005), citando Stiglitz e Weiss (1981), *"[...] as instituições financeiras não operam em mercados livres, sob o regime de concorrência perfeita, em que as informações são completas e distribuídas simetricamente e, portanto, relevantes à busca de informações e a contabilização dos custos para obtê-las"*. Nesse ponto, mesmo que existam recursos disponíveis, deixa de ser interessante para o banco continuar a oferta até o ponto em que esta venha a se igualar à demanda existente.

Assim, parcelas significativas dos pequenos e microempresários, devido ao alto risco que apresentam, ficam incluídas na faixa de racionamento dos bancos e, assim, acabam excluídas do mercado de créditos.

Um dos marcos da nossa história foi à revolução industrial que mudou a face do mundo. No entanto, a maior contribuição no pensamento econômico no limiar do novo século, ocorre com Muhammad Yunus (2000). Ao expressar que o crédito, no sistema capitalista, é fornecido somente a capitalistas que iriam acrescentar capacidade produtiva e/ou aumentar a produção daqueles bens que poderiam ser vendidos com preços suficientes para cobrir despesas e dar lucros para sustentar a acumulação de capital (COSTA, 2001a).

Yunus[2] (2000) percebeu que as oportunidades financeiras eram extremamente reduzidas para os mais pobres, pensava que se podia emprestar pouco a muitos. As pequenas amortizações e o "aval solidário", intragrupo de devedores, garantiriam um baixíssimo nível de inadimplência. Sua revolução financeira, então, foi dar crédito ao trabalho, quando sempre se deu ao capital (COSTA, 2001a).

[2] Na crise da década de 80, o capital era fornecido para as organizações que tinham sustentabilidade financeira, assim, a sociedade se deparou com as conseqüências sociais da seletividade do crédito para o microempreendedor.

Assim, o microcrédito, como programa de concessão de crédito produtivo, procura atender a demanda dos microempresários de baixa renda. E, como afirmado por Pereira (2004): *"[...] tem como objetivo prestar atendimento à população mais carente de renda, que não dispõe de patrimônio no oferecimento de garantias em operações de empréstimos nos bancos oficiais e particulares, estando, portanto, fora do sistema financeiro"*.

Assim, Yunus (2000), foi à busca de instrumentos capazes de amenizar a condição de pobreza em que vivem diversas pessoas no mundo, e criou uma forma desburocratizada de financiamento capaz de atender à necessidade das pessoas e das famílias, em relação a pequenos volumes de recursos.

Os pobres que vivem em áreas isoladas ou consideradas mais carentes, por exemplo, certamente terão maiores dificuldades e custos para adentrar nos serviços financeiros. Os pequenos volumes de negócios, muitas vezes de baixa lucratividade, realizados por eles podem funcionar como um fator limitador ao acesso as linhas de crédito e financiamento.

> *Famílias chefiadas por pessoas com escassos atributos produtivos entram na pobreza a taxas consideráveis, tanto durante períodos de recessão quando de crescimento, embora entrem a maiores taxas durante as recessões. Os mesmos trabalhadores têm baixa probabilidade de sair da pobreza mesmo em condições de crescimento. Para os trabalhadores, como um todo, a mobilidade para entrar e sair da pobreza é bem alta – trabalhadores registrados como pobres (de acordo com a renda corrente) em certo período podem não ser mais, um ano depois – mas há uma parte dos pobres, não educados, que não saem facilmente da pobreza apenas com crescimento econômico (NERI, 2001, p.54).*

Abordagens coletivamente chamadas de microfinanciamento ou microcrédito, surgidas nos últimos 20 anos, vêm aplicando sólidos princípios econômicos na prestação de serviços financeiros a clientes de baixa renda, por meio da utilização de modalidades de empréstimo em grupo e individual.

O microcrédito consiste na oferta de produtos financeiros a clientes de baixa renda, de forma inovadora, por meio de empréstimos em grupo para melhorar o nível de amortização, com aplicação de taxas de juros que cobrem inteiramente os custos operacionais.

Conforme Barros (2001), o microcrédito é um programa dirigido a impactar, positivamente, tanto sobre o desemprego como sobre o nível salarial; Ele consiste

na realização de investimentos produtivos, para aumentar à produtividade do trabalho, a renda dos trabalhadores, expandir a produção, a demanda por trabalho e reduzir o desemprego.

> *Políticas estruturais, mesmo objetivando a redução da pobreza, não necessariamente devem estar focalizadas nos mais pobres, ou naqueles que mais sofrem com uma dada mudança na estrutura da economia. As políticas estruturais são em última instância investimentos sociais estas políticas devem estar focalizadas, sempre nos segmentos onde os aumentos do número de postos de trabalho, na melhoria da qualidade dos postos existentes ou na qualificação dos trabalhadores forem mais efetivos (BARROS, 2001, p. 109).*

2.5 Experiências com a Implantação do Microcrédito

A instituição pioneira na área de microcrédito foi o Grameen Bank (Banco da Aldeia), de Bangladesh, fundado no início dos anos 1980. No final da década de 80, quando o sucesso das ações de microcrédito já estava estabelecido, muitas instituições passaram a disponibilizar microcrédito, a maioria delas Organizações Não-Governamentais (ONGs) que não visavam lucro. A partir desse momento, o microcrédito se tornou popular e começou a se espalhar pelo mundo.

Como exemplo de instituição de crédito bem sucedida, internacionalmente, o Grameen Bank possui mais de 1.000 sucursais e atende 2.000.000 de pessoas, em 36.000 localidades. As melhorias econômicas, sociais e políticas da população beneficiada são visíveis. Outras experiências sucederam-se na Índia, onde o Fórum das Mulheres de Madras beneficia dezenas de milhares de clientes até na Bolívia e na Colômbia (COSTA, 2001a).

Os empréstimos, no Grameen se destinam, preferencialmente, às mulheres. O diferencial do banco, em relação a outros convencionais, é que ele atua diretamente nas comunidades, possuindo uma grande capilaridade. A relação dos emprestadores com aqueles que pedem o empréstimo é bastante pessoal, não depende de formulários e garantias individuais. O banco foi criado para atender:

> *Aos pobres, porque as estruturas financeiras de nosso país [Bangladesh] não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural, e não um problema individual (YUNUS, 2000, p.24).*

Muitas experiências com microcrédito têm sido executadas no Brasil, sob diferentes nomes e formas, conduzidas principalmente por entidades não-

governamentais, que vêm pavimentando caminhos e indicando alternativas de política neste campo.

Entre as ONGs, assume peso particular a rede CEAPE – Centro de Apoio ao Pequeno Empreendedor - coordenada pela Federação Nacional de Apoio ao Pequeno Empreendedor - FENAPE e presente em 13 unidades da federação, além de outras ONGs com atuação localizada em seus respectivos Estados, abrangendo um ou mais municípios. As ONGs têm como experiência mais marcante a Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL, com atuação em Porto Alegre, FAEP (Juiz de Fora/MG) e VIVACRED (Rio de Janeiro, inicialmente na favela da Rocinha) e a rede Banco Mulher, em diversos municípios, entre outras.

O movimento dos atores na esfera governamental, a questão vem sendo assumida na órbita do Governo Federal, destacando-se ainda algumas iniciativas na esfera de governos estaduais e do Distrito Federal. Tais como: PROGER, CREDIAMIGO do Banco do Nordeste; o *BNDES Solidário* e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, disponibilizados através de agências do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e da Caixa Econômica Federal.

Há, no entanto, outras experiências de microcrédito sendo implementadas no Brasil, e entre elas cabe destacar, a do Banco do Povo. Neste caso, há sem dúvida uma maior aproximação com a experiência de Bangladesh, como é o caso do Estado de São Paulo, com o Banco do Povo Paulista.

Por fim, como dito por Ribeiro (2002):

> *[...] é importante ressaltar que o sucesso de um programa de microcrédito a pequenos empreendedores está diretamente ligado aos destinos da economia do país. Se este programa, ao mesmo tempo em que concede recursos financeiros aos excluídos do mercado de crédito, ocorrer no contexto de um amplo processo de redistribuição de renda e crescimento econômico, estarão dadas as condições para a criação de oportunidades que estes agentes poderão e terão condições de usufruir. Nestas circunstâncias, o dinamismo econômico resultará em melhor distribuição de oportunidades e renda (RIBEIRO, 2002, p. 55).*

Cabe, portanto, repensar os programas de microcrédito dentro de um contexto mais amplo de eliminação da pobreza,

2.6 Características dos Programas de Microcrédito – Sistemáticas de Funcionamento

Dentro do cenário socioeconômico, o programa de microcrédito é uma alternativa viável de política de financiamento para atender a necessidade de crédito aos pequenos empreendedores formais e informais, que na sua totalidade "a empresa sou eu", ficam praticamente excluídos do sistema bancário tradicional - a regulamentação do setor exclui pessoa física. Na citação de Pereira (2004), *"[...] utilizando tecnologia própria de funcionamento, onde estabelece laços de confiança entre credor e devedor, o microcrédito supre a assimetria de informação e o risco moral de default e o conseqüente risco operacional."*

Não se deve confundir esta modalidade de crédito com o crédito para o consumo, pois segundo Schumpeter, o crédito para o consumo tem a seguinte propriedade:

> *Não é um elemento das formas e necessidades fundamentais da vida industrial. Não faz parte da natureza econômica de nenhum indivíduo que deva contrair empréstimo para o consumo nem da natureza de nenhum processo produtivo que os participantes devam incorrer em dívidas para o propósito do consumo (SCHUMPETER, 1985 p. 72).*

Com isso, há uma diferenciação clara de crédito para fins de inovação e para os demais fins, sendo que o primeiro é o que realmente faz alguma diferença no agregado geral ou macroeconômico, pois o crédito para antecipar o consumo significa redução de consumo no futuro, havendo uma compensação e também aumento do grau de fragilidade.

Schumpeter define a função do crédito para o desenvolvimento econômico, nesses termos:

> *A função essencial do crédito no sentido em que o tomamos consiste em habilitar o empresário a retirar de seus empregos anteriores os bens de produção de que precisa, ativando uma demanda por eles, e com isso forçar o sistema econômico para dentro de novos canais (SCHUMPETER, 1985 p. 74).*

A dificuldade de acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional para a constituição de capital de giro é um dos principais motivos pelo qual boa parte dos empreendimentos de pequeno porte encerra prematuramente suas atividades, (SEBRAE, 2003).

Na descrição de Neri (2005), microempreendimentos é o termo mais popular utilizado (lei nº 9.841/99) para caracterizar os empreendimentos de menor porte, entretanto, não há unanimidade sobre a delimitação deste segmento.

> *Observa-se, na prática, uma variedade de critérios para a sua definição, tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, ora baseando-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos. A utilização de conceitos heterogêneos decorre do fato de que a finalidade e os objetivos das instituições que promovem seu enquadramento são distintos (regulamentação, crédito, estudos, etc.) (NERI, 2005, p.1).*

As instituições de microcrédito utilizam como base para a tomada de decisão a análise sócio-econômica do empreendedor, onde é avaliada a intenção e a potencialidade do cliente (negócio), que é feita pelo Agente de Crédito, após será permitida a liberação do microcrédito. No sistema tradicional de crédito o cliente vai ao banco. No microcrédito, o banco ou a instituição financiadora vai ao cliente. O Agente de Crédito visita a casa e/ou o negócio do cliente.

Esta modalidade de crédito, desenvolvida para o atendimento dos pequenos empreendimentos, facilitando e ampliando o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) à população de baixa renda (pequenos empreendedores geralmente excluídos do SFN), garante maior cidadania. Podendo ter acesso o empreendedor que possui ou quer montar uma pequena fábrica no fundo do seu quintal, ou mesmo um pequeno negócio formal que necessita de um financiamento para melhorar ou ampliar as suas atividades (PEREIRA, 2004).

Segundo Yunus (2000), o sucesso do microfinanciamento depende de:

(a) pouca preocupação com o uso dos recursos, pois os pobres têm estratégias de sobrevivência bem definidas, porém pouco visíveis e conseqüentemente pouco financiadas;

(b) fortes processos de contrapartidas: pagamento de parcelas e poupanças regulares, participação, etc;

(c) reconhecimento no nível comunitário das formas de organização dos pobres;

(d) desenhos de mecanismos que fortaleçam e gerem compromissos, entre as pessoas e entre grupos de pessoas, construindo capital social comunitário e regional, entre outros.

CAPÍTULO III – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO DE RONDÔNIA

Este capítulo aborda a análise de indicadores estatísticos do processo de desenvolvimento do Estado de Rondônia, buscando justificar a necessidade do microcrédito para atenuar a pobreza da região.

3. Desenvolvimento Econômico de Rondônia

A despeito do crescimento apenas econômico, o PIB que caracterizou a região norte, cresceu ao longo do período 1993-2004, mas as condições de vida na Amazônia continuam extremamente precárias. O crescimento econômico, embora tenha certamente contribuído para melhorar o padrão de vida da população, não foi suficiente para elevá-lo a níveis aceitáveis.

O predomínio do PIB da região Norte fica com os Estados do Pará e Amazonas, conforme a figura 1, evidentemente, aqueles que apresentam uma maior contribuição para o PIB nacional.

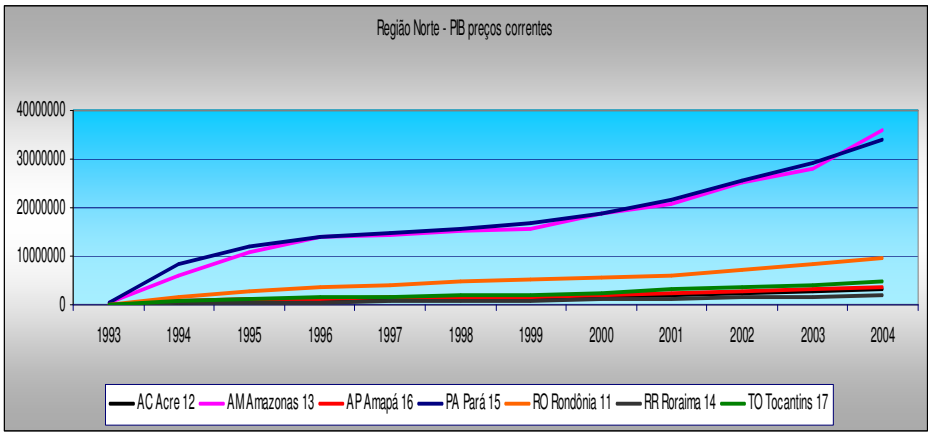

Figura 1 - PIB da Região Norte a preços corrente R$ (mil)
Fonte: autor com base em dados do IBGE/SEPLAN – Contas Regionais do Brasil, 2006

De acordo com os Indicadores Sociais do Brasil (IBGE, 2006), 811.950 pessoas compõem a População Economicamente Ativa (PEA) de Rondônia. Quantitativamente é a terceira maior dentre os Estados da Região Norte, seguindo-lhe à frente apenas o Pará e o Amazonas.

Com relação à ocupação, os estudos demonstram que 94,61% da PEA de Rondônia encontra-se ocupada no período da pesquisa, o que perfaz um total de mais de 768 mil pessoas, indicador este superior aos índices regional e nacional. Um índice de desocupação de 5,4%, segundo menor do país, superado apenas por Santa Catarina, detentor do índice de 4,5%.

Da PEA ocupada, 36,3% se encontram na atividade agrícola, 27,6% no ramo de serviços, 14,5% no ramo do comércio, 12,1% na indústria, 6,2% na área de construção e 3,3% em outras atividades (SEAPES, 2006).

O crescimento econômico do Estado expressado na evolução do PIB da região é apresentado na figura 2.

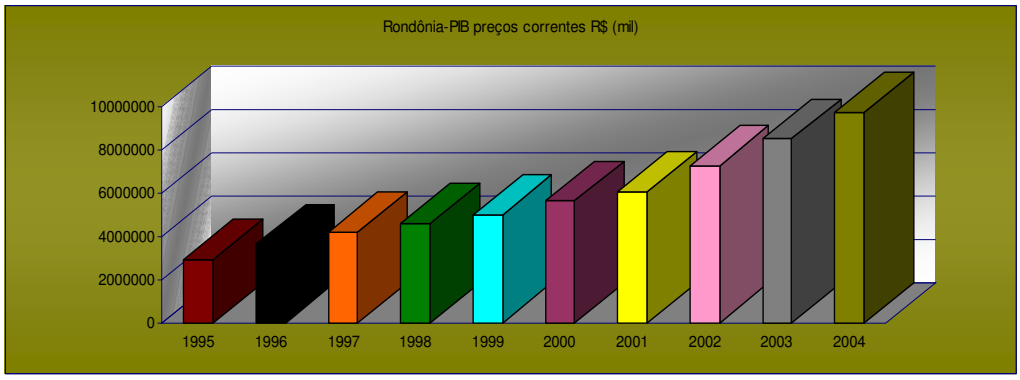

Figura 2 - PIB de Rondônia a preços correntes R$ (mil)
Fonte: autor com base nos indicadores do IBGE/SEPLAN – Contas Regionais do Brasil, 2000-2004.

A partir de 1993, Rondônia, apresenta um crescimento constante do PIB até 2004 quando atinge seu máximo, valor próximo dos R$ 10 bilhões. Com isso, aumentaria a renda da população residente e poder-se-ia esperar melhorias na qualidade de vida da população, de acordo com as teorias tradicionais de desenvolvimento econômico.

Também o crescimento das exportações desde 1999, vem demonstrar o aumento das atividades econômicas, principalmente aquelas voltadas para o comércio exterior. Alguns dados do crescimento do comércio exterior da localidade são mostrados e ilustrado na figura 3.

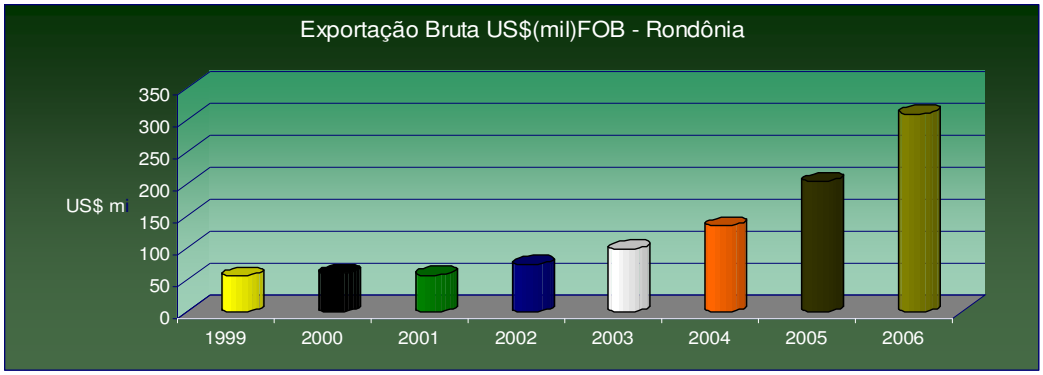

Figura 3 - Exportação de Rondônia US$ mil FOB
Fonte: autor com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, 2006.

Quando se analisa o comércio exterior, sob o enfoque da exportação *per capita,* reforça a constatação do crescimento observado em valores absolutos. Veja a distribuição ao longo do período, na Tabela 01.

Tabela 1 - Exportação de Rondônia US$ FOB - *per capita*

Item	Exportação de Rondônia US$ FOB							
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportação *per capita*	77	85	80	51	66	85	128	191

Fonte: autor com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, 2006.

As exportações *per capita* confirmam, portanto, o bom desempenho do comércio exterior, chegando a atingir o valor de US $ 190 dólares.

Segundo a figura 4, a renda *per capita* da população do Estado tem crescido anualmente, aumentando, no período 1994/2004, no percentual de 28,16%.

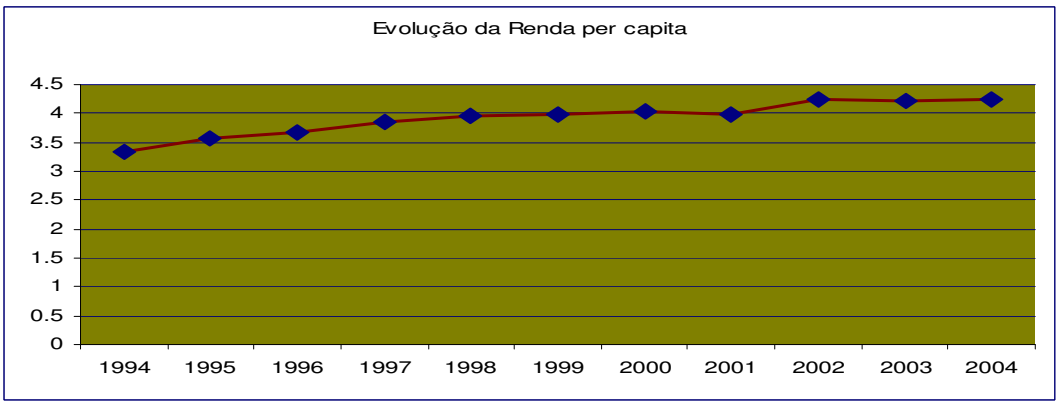

Figura 4 - Evolução da Renda *per capita* de Rondônia
Fonte: autor com base nos indicadores do IBGE/SEPLAN – Contas Regionais do Brasil, 2000-2004.

O desenvolvimento humano, da maioria dos Estados da região, encontra-se bem abaixo do padrão brasileiro médio, tal como mensurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano, conforme dados da Tabela 2. Mesmo nas melhores situações – caso dos municípios dos Estados do Amapá e Rondônia – apenas algumas municipalidades apresentam indicadores superiores à média nacional.

Assim, constata-se que o crescimento foi na ordem de 9,79% no seu IDH. E em relação aos 52 municípios, apenas 1,92% apresentam IDH-M superiores à média nacional (ATLAS, 2000).

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano

1991 e 2000

Estados da Região Norte

Cód	Estado	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longev, 1991	IDHM-Longev, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
	Brasil	0.696	0.766	0.681	0.723	0.662	0.727	0.745	0.849
12	Acre	0.624	0.697	0.603	0.642	0.645	0.694	0.623	0.757
16	Amapá	0.691	0.753	0.649	0.666	0.667	0.711	0.756	0.881
13	Amazonas	0.664	0.713	0.641	0.634	0.644	0.692	0.707	0.813
15	Pará	0.654	0.723	0.599	0.629	0.643	0.725	0.716	0.815
11	Rondônia	0.663	0.735	0.622	0.683	0.635	0.688	0.724	0.833
14	Roraima	0.692	0.746	0.696	0.682	0.628	0.691	0.751	0.865
17	Tocantins	0.611	0.715	0.587	0.633	0.589	0.671	0.665	0.826

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, p.

Dentre as diferentes dimensões do desenvolvimento, o IDH-Renda, sem nenhuma exceção, em todos os Estados da região, encontra-se muito abaixo da média do Brasil. No que diz respeito ao IDH-Educação, em geral, o valor desse indicador, para a maioria dos Estados da região, situa-se aquém da média brasileira, com exceção dos Estados de Amapá e Roraima, considerando que as populações desses Estados são reduzidas com relação aos outros.

Torna-se, pois, necessário recorrer a políticas sociais capazes de corrigir essas distorções sob pena de comprometer-se o crescimento de longo prazo da região. Isto porque, políticas apropriadas de gastos públicos são cruciais para o processo de desenvolvimento econômico de uma nação.

Em particular, investimentos em gastos públicos de cunho social, como saúde e educação, representam uma contribuição decisiva para o progresso de uma região. Tais gastos demonstraram, também, ser eficientes quando o objetivo é atenuar as disparidades sociais/regionais e reduzir os níveis de pobreza. Uma oferta

adequada de bens e serviços públicos deve, portanto, contribuir significativamente para a redução dessas desigualdades (ACORDO SUDAM/PNUD, 2000).

No entanto, a forma desigual da distribuição dessa riqueza gerada não garantiu o verdadeiro desenvolvimento do Estado. A situação socioeconômica de parte da população do Estado não parece ter percebido tais melhoras na renda *per capita*.

Observando-se a Tabela 3 entende-se o grau de desigualdade no Estado e se o crescimento do número de pobres em Rondônia, de 1997 em diante.

Tabela 3 – Domicílios pobres em Rondônia

Sigla	Nome	Pobreza - domicílios pobres (%)										
N	Reg Norte		1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
AC	Acre	12	26.24	30.61	27.72	25.61	32.96	33.23	34.14	36.71	40.45	37.75
AM	Amazonas	13	32.21	33.27	35.77	43.35	42.58	39.13	39.48	39.96	36.83	30.06
AP	Amapá	16	30.68	25.49	36.07	49.17	37.17	15.27	36.17	39.01	40.37	29.84
PA	Pará	15	39.37	43.67	42.81	39.88	40.59	40.89	39.86	41.72	39.79	36.02
RO	Rondônia	11	27.41	28.27	23.04	22.68	25.33	31.86	28.56	29.81	27.89	29.95
RR	Roraima	14	9.92	13.95	22.45	27.06	24.35	35.74	41.31	35.62	46.66	37.64
TO	Tocantins	17	52.97	50.83	53.88	49.16	48.23	42.75	46.32	42.85	36.27	34.16

Fonte: IBGE - PNAD, 2005.

Para que se tenha uma melhor compreensão desta Tabela, cabe aqui conceituar o que seja pobreza e indigência. Segundo Rocha (2006), pobreza é a população carente de recursos para a aquisição de uma cesta básica, nem o suficiente para manutenção da família, sem falar de educação, saúde e lazer. E para o IBGE, percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior 1/2 do salário mínimo.

Na faixa de indigência, segundo Rocha (2006), são as pessoas que estão abaixo da linha de pobreza, e para o IBGE o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a 1/4 do salário mínimo.

Constata-se, assim, por esta tabela, que o aumento quantitativo da pobreza, em Rondônia, foi provocado pelo aumento do número de domicílios sem recursos para adquirir uma cesta básica. Mesmo com uma PEA alta, existe um excedente de mão-de-obra desocupada. A falta de emprego, privado e público, tem contribuído no aumento da pobreza. A população, sem renda, decide produzir e comercializar bens de baixa qualidade, produzidos por si ou trazidos das fronteiras, para se adentrar dessa forma na economia informal e poder subsistir.

CAPÍTULO IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo visa descrever os passos dados em busca das informações necessárias para a avaliação do microcrédito como instrumento de desenvolvimento, através da Associação de Crédito Cidadão – Acrecid.

4.1 Tipo de Pesquisa

O acompanhamento da qualidade de vida ou desenvolvimento sócio-econômico das populações cria desafios metodológicos associados a conceitos diversos a respeito de como tratar sua eficácia ou eficiência.

Um programa de microcrédito é caracterizado pela organização, operacionalização e desenvolvimentos das atividades de microfinanciamento. Para compreensão desse processo desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, na medida em que foram discutidas as características do fenômeno estudado, condição necessária para avaliação do seu impacto.

A avaliação de impacto do microcrédito é tema em aberto, suscetível às variáveis ideais (juízo de valor) e políticas que cercam a concepção das instituições. Como ocorre em toda avaliação de impacto social, as dificuldades se apresentam pela existência de interesses econômicos e políticos, direcionando as distintas concepções que buscam legitimar-se.

4.2 Método

Este estudo utilizou-se de procedimento metodológico que se fundamenta em metodologia do Banco Mundial, do Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe da OIT - PREALC (MATOS, 2002).

Inicialmente construiu-se uma matriz de análise que permite o estudo minucioso da instituição de microcrédito e tem como premissa a interpretação de dados a partir da vida operacional da instituição, considerando os contextos sociais, econômicos e operacionais. Além disso, Mick (2003) afirma que a matriz deve permitir a interpretação integrada das diversas dimensões da ação da organização de microcrédito.

Os aspectos quantitativos ou qualitativos das questões relacionadas ao aumento do bem-estar da população (saúde, educação, emprego entre outros) tornam-se importantes vetores das decisões de investimento público e privado, tanto quanto indicadores de crescimento econômico e financeiro.

Para se obter uma avaliação de impacto, se faz necessário adotar metodologias unificadas, a partir da incorporação de sistemas de rating, semelhantes aos dos bancos. O rating permite a identificação das práticas testadas, bem como, o enquadramento de cada instituição numa hierarquia das organizações de um mesmo país – ou mesmo a comparação entre países e continentes, de acordo com os critérios adotados em cada metodologia (MICK, 2003).

Foram apresentadas ao BNDES, no Seminário Internacional sobre Microfinanças, realizado no Rio de Janeiro, quatro metodologias de *rating*, de viés eminentemente econômico:

i) A Acción Internacional desenvolveu uma ferramenta denominada Calmeadow.

ii) Estudos de avaliação desenvolvidos pela equipe do Microbanking Bulletin para o Banco Mundial e o PREALC.

iii) A MicroRate é uma companhia privada, com sede nos Estados Unidos, dedicada à avaliação de instituições microfinanceiras.

iv) A PlaNet Finance possui a metodologia de *rating* Girafe (BNDES, 2000).

Em relação aos objetivos deste trabalho, essas ferramentas de *rating* têm três *limites* importantes (BNDES, 2000):

i) O primeiro é sua restrição à dimensão econômica, que deixa escapar, por considerá-los irrelevantes, impactos inerentes às relações sociais e políticas.

ii) O segundo é a ausência de série histórica: ao considerar os indicadores de performance das instituições em momentos específicos (refletidos no balanço anual e no demonstrativo de resultados de um exercício), algumas dessas metodologias podem congelar como numa fotografia, que não corresponde aos resultados alcançados nos

exercícios anteriores e dificulta o mapeamento das tendências de longo prazo.

iii) O terceiro é *à* possibilidade de estabelecer comparações entre instituições que atuam em realidades muito distintas a partir dos mesmos indicadores – como se estes pudessem, deslocados de seu contexto, justificar juízos de valor.

Considerando esses limites, aportados pelo *rating*, procura-se aprofundar a pesquisa, nos levantamentos socioeconômicos – LSE, das fichas cadastrais, onde constarão informações que demonstrem a situação individual, antes e depois das operações de crédito (MICK, 2003).

O indicador de produtividade dos agentes de crédito é um exemplo: a média internacional aponta como recomendável um volume de 300 operações ativas por agente (GALLAGHER *et. all*, 2002). É impossível alcançar essa meta se as condições em que a instituição pode operar exigem, do agente, longo tempo de deslocamento até os empreendedores, como em áreas rurais.

Na análise matricial são consideradas as dimensões: cultural, política, econômica e social. A primeira explora a identidade institucional, sua relação com o Estado e a sociedade civil. A Dimensão política e econômica procura analisar a evolução econômica institucional, através da análise de resultado operacional-econômico-financeiro e, conseqüentemente, quantificar o impacto econômico do crédito, em termos de incremento de renda familiar e desenvolvimento da comunidade. Na dimensão social analisa a repercussão do programa junto a clientela visando apurar se de fato o microcrédito atinge seus objetivos sociais de geração de trabalho e renda e, se insere no mercado financeiro a comunidade excluída (MICK, 2003).

Além da pesquisa documental e bibliográfica, a elaboração dos indicadores alimenta-se de entrevistas com conselheiros, gestores, dirigentes e agentes de crédito da Instituição, e da coleta de dados sobre alcance e performance operacional. Os indicadores são discriminados a seguir, e permitem combinações diversas entre si.

Para revelar se a atividade de microcrédito é eficaz, no seu objetivo de gerar impacto no desenvolvimento, fez-se análise comparativa entre as médias com outras instituições: brasileiras (GALLAGHER *et all*, 2002) e média da América Latina (JANSSON; TABORGA, 2000), quando são disponibilizados os dados.

4.3 A Matriz de Análise: Problemas, Descritores e Variáveis

A análise das informações está baseada na lógica mostrada a seguir na figura 06.

Figura 06 - Lógica de análise das informações
Fonte: autor

O problema tende a descrever uma situação ou característica importante do papel do microcrédito como instrumento de desenvolvimento. Esse problema por sua vez é explicado por diversos descritores ou indicadores determinados por várias variáveis. Assim, a matriz aqui construída para esta finalidade está composta por:

a) Problema 1: O foco do microcrédito

Entende-se por focalização qual categoria socioeconômica da população está sendo beneficiada pelo programa de microcrédito. Interessa saber como os programas de microcrédito garantem o atendimento às parcelas da população, realmente, excluídas do setor financeiro convencional.

O programa limita o montante máximo de empréstimo, pela análise de negócio, visando atingir apenas os pequenos empreendedores que fazem parte da população de baixa renda.

Descritores e variáveis:

Evolução do número de clientes ativos
Valor total das operações por tipo de crédito
Número de operações por faixa de valor
Total emprestado por faixa de valor
Número de operações por setor de atividade
Tipos de garantia
Valor médio da carteira

b) Problema 2: Sustentabilidade da atividade do microcrédito

A auto-sustentabilidade é considerada um indicador de desempenho fundamental nos programas de microcréditos, em que a taxa de juros dessas entidades deva cumprir as seguintes condições:

a) cobrir os custos de oportunidades dos recursos disponibilizados para a entidade através de fundos;
b) cobrir custos operacionais da entidade, buscando sustentabilidade da instituição; e
c) possibilitar que esta amplie sua carteira, aumentando a abrangência de sua atuação. Assim é avaliado esse indicador através das ferramentas de *rating.*

Descritores e variáveis:

Crescimento da carteira ativa
Inadimplência superior a 30 dias
Evolução do resultado
Evolução das despesas operacionais e de pessoal
Evolução dos ativos, do patrimônio líquido e das receitas
Evolução do endividamento
Taxas de renovação

c) Problema 3: Dimensão do Impacto Econômico microcrédito

A análise do impacto econômico visa dimensionar aspectos da renda, do volume de financiamento e do tipo de empreendimento da clientela antes e depois de entrar no programa de microcrédito, para se detectar se ocorreu modificação no aspecto econômico da clientela.

Descritores e variáveis:

Renda familiar
Volume dos créditos destinados a cada faixa de renda
Volume de operações por faixa de valor
Tipos de empreendimentos atendidos, setor de atividade e grau de formalização
Gênero (nas operações que envolviam pessoas jurídicas, o gênero se refere à pessoa física responsável pela empresa).

d) Problema 4: Performance das operações de microcrédito

Visa saber o grau de pertencimento do cliente ao programa de microcrédito, isto é, o tempo de permanência no programa.

Descritores e variáveis:

Valor, data, prazo e tipo da primeira operação
Valor, data e prazo da última operação
Número total de operações
Tempo total de permanência nos programas de crédito (somatório dos meses de todas as operações)

e) Problema 5: Dimensão do relacionamento com o sistema financeiro

Através da análise do relacionamento com o sistema financeiro, pode-se saber a quantidade de clientes que não estavam inseridos no sistema bancário antes de entrar no programa de microcrédito, e assim, dimensionar a inclusão financeira.

Descritores e variáveis:

Banco de que era cliente quando da primeira operação
Tipo de conta (se corrente ou poupança)

f) Problema 6: Dimensão do impacto social do microcrédito

Mediante a análise do impacto social do microcrédito pode-se dimensionar se este cumpre sua função de instrumento de desenvolvimento das populações de menor renda ao propiciar-lhes melhoria nas condições de vida.

Descritores e variáveis:

Antes da utilização do microcrédito.
Número de empregados
renda familiar
bens quando da primeira operação

Depois da utilização do microcrédito.
Número de empregados
renda familiar
bens quando da última operação

Realizada a análise matricial, compõe-se a análise dos indicadores*:* de cobertura e performance institucional*:* focalização e sustentabilidade*;* de Impacto econômico e social: impacto econômico; de performance das operações; de relação com o sistema financeiro e de impacto social. A seguir compara-a as médias (*brechmark*) de outras instituições de microcréditos atuantes no Brasil (levantados por Gallagher *et all*., 2002) e na América Latina (estabelecidas por Jansson e Taborga, 2000), (*rating*), segundo os indicadores: estrutura de capital, carteira, produtividade e eficiência, rentabilidade e crescimento, que são gerados dos indicadores, apurados através dos relatórios do sistema de informação da instituição

e do levantamento socioeconômico das fichas cadastrais, em números absolutos e relativos.

4.5 As Fontes de Informações

O recolhimento das informações necessárias para o preenchimento da matriz de análise utilizou-se das **fichas cadastrais** dos clientes da Acrecid.

Os cadastros de clientes, nesse caso, constituem fonte significativa de informações, porque, a cada operação, o agente de crédito deve preencher um formulário denominado **levantamento socioeconômico (LSE)**. Que, segundo Santos (2006), se os dados são confiáveis o suficiente para embasar as decisões do comitê de crédito, deve sê-lo também para uma avaliação do impacto e o mapeamento do perfil dos clientes e das operações.

Nesta etapa, selecionou-se 95 clientes, utilizando a Tabela - Para Determinar a Amplitude de Uma Amostra de Uma População Finita (GIL, 1989, p. 101), de 1.844 clientes, com margens de erro de 10% na hipótese de p = 0,5 e coeficiente de confiança de 95,5%, para calcular a amostragem. Foram coletados dados que pudessem refinar a análise sobre a focalização do crédito, a relação dos clientes com o sistema financeiro, a natureza das operações e o impacto econômico.

CAPÍTULO V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A ACRECID: DA CONSTITUIÇÃO À ATUALIDADE

Mesmo tendo sido constituída em 2000, somente a partir de 2003, com a chancela do Governo do Estado, através do Fundo Institucional de Desenvolvimento de Rondônia - FIDER – FIDER, a Acrecid passa a atuar no segmento de microfinanças para empreendedores, formais e informais, que não tem capital para melhorar ou ampliar seus negócios. Desde então, é a única instituição que vem atuando no Estado na concessão de microcrédito.

O objetivo inicial, da Associação de Crédito Cidadão de Rondônia – Acrecid era fornecer crédito e fazer inclusão do segmento da população mais pobre da sociedade rondoniense. Por questões estratégicas e de parcerias, entre os órgãos que inicialmente participaram da sua fundação ocorreu mudança na atuação nesta OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

O capital inicial, de fundamental importância, para dar início nas atividades de microcrédito, era difícil de captar. A regulamentação das atividades de microcréditos, ocorrida em 2003, também contribui para a mudança de objetivos. A partir dessa realidade, o governo do Estado se propõe bancar a concessão de crédito para a instituição, por tratar-se de programa de política pública. Com isso, obtém autorização do Ministério da Justiça para, efetivamente, atuar no campo do microcrédito.

A instituição atua nas seguintes linhas de créditos, conforme a Tabela 4:

Tabela 4 - Linhas de Crédito da Instituição

Produtos	**Caracterização**	**Valor mínimo R$**	**Valor máximo R$**	**Parcelas (meses)**	**Taxa***
Capital de giro	Investimento em capital de giro: publicidade, cursos, matéria-prima.	300,00	10.000,00	12	1-2%
Capital fixo	Financia compra de máquinas e equipamentos, reformas, etc.	300,00	10.000,00	36	1-2%
Capital misto	Financia capital de giro e capital fixo no mesmo investimento.	300,00	10.000,00	36	1-2%

Fonte: Relatórios do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006
* taxa de 1% rural e 2% urbano

Suas linhas de crédito: capital de giro, capital fixo e misto variam mais em função de prazo de pagamento que do valor de empréstimo, mínimo ou máximo. O capital de giro é a necessidade que tem o empreendedor para aquisição de material básico para trabalho. Na Acrecid, esse tipo de financiamento tem um prazo máximo de pagamento de 12 meses.

Quando se trata de capital fixo, que é a necessidade que tem o empreendedor de capital para aquisição de máquinas e equipamentos, o prazo máximo é de 36 meses. O mesmo ocorre para capital misto, que é a necessidade de capital de giro e fixo, ao mesmo tempo. A Acrecid diferencia a taxa de juros, pois, 1% para empréstimos na área rural e 2% para os negócios na área urbana.

5.1 Análise do Problema de Focalização do Microcrédito

Considerando que a atuação inicial da Acrecid, no ano de 2003, foi incipiente, se tomou como ano inicial das informações, o ano de 2004. No primeiro ano a instituição se dedicou ao treinamento dos agentes de créditos, conscientização da forma de atuação junto à clientela e implantação de metodologia que atendesse aos objetivos da instituição.

A captação de clientes pela instituição não é focada explicitamente nos mais pobres, nem em outros grupos sociais específicos, como mulheres ou negros. Os critérios para concessão de crédito exigiam que os beneficiários fossem brasileiros com residência permanente, maiores de idade, que apresentassem todas as informações solicitadas pelo agente de crédito, que constataria a veracidade delas; e que:

- fossem proprietários ou iniciantes de uma micro ou pequena unidade econômica, localizada em Rondônia, cujo empreendimento:
- apresentassem viabilidade econômico-financeira;
- tivessem capacidade de gerar renda;
- tivessem dificuldade de acesso às formas convencionais de crédito, face à falta de garantias reais, ou pela inadaptação das condições dos mesmos;
- tivessem ou não trabalhadores empregados;
- tivessem um resultado operacional de até R$ 60.000,00.

Esses limites, desde o início, deixam claro que o microcrédito no Brasil, especificamente no caso da Acrecid, não está voltado aos "mais pobres entre os mais pobres", nem "especialmente às mulheres destas famílias", como consta nos slogans da Conferência Mundial sobre o Microcrédito e do Grameen Bank. Os empreendimentos apoiados pela instituição estão, de acordo com seu conceito de atuação, no crédito produtivo, muitos passos adiante da linha da exclusão.

Conforme a Tabela 5, a demanda por recursos passou de 756 requerimentos em 2004 para 3.169 em 2006, totalizando no período 5906. Contudo, tem sido baixo o atendimento a essa demanda. A instituição conseguiu atender em média 31,22% da demanda do período. Essa situação configura um baixo alcance de atuação da instituição no Estado.

Tabela 5 - Evolução da clientela – Período (2004 – 2006)

Ano	demanda	cliente	*relativo*
2004	756	184	24,33%
2005	1.981	648	32,72%
2006	3.169	1.012	31,94%
Total	5.906	1.844	31,22%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006.

Na Tabela 6 está demonstrada a distribuição do valor das operações atendidas pela Acrecid no período, compreendido entre 2004 e 2006. A atividade de microempreendimento demanda, geralmente, a busca por capital de giro, ao mesmo tempo, por capital fixo, quando essa atividade é produtiva. Por esta tabela, observa-se a coerência da demanda, onde 44,00% procuram por capital misto (giro e fixo), seguido de 42,00% que demandaram capital fixo e somente 14,00% procuram, somente, capital de giro.

Tabela 6 – Distribuição do valor total das operações (2004-2006)

Tipo	Percentagem
Capital de giro	14,00%
Capital fixo	42,00%
Capital Misto	44,00%

Fonte: Relatórios do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

Dessa observação inferem-se algumas considerações:

i. que a maioria da clientela da Acrecid está situada no setor produtivo, pela quantidade demanda por este tipo de capital. e,

ii. que os microempresários do setor comercial e de serviço são pouco, pois demandaram pouca quantidade de capital de giro.

Essas afirmações são corroboradas pela Tabela 7, quando se demonstra a totalidade das operações e saldos acumulados, por apresentar a quantidade de operações e valor de empréstimo por faixa de crédito.

Tabela 7 – Total de operações e saldos acumulados por faixa de valor (2004-2006)

Faixa de crédito	Nº operações	Valor total
De R$ 300 a R$ 1.000	296	761.847,27
De R$ 1.001 a R$ 3.000	922	2.380.772,74
De R$ 3.001 a R$ 5.000	184	476.154,45
Acima de R$ 5.000	442	1.142.770,92
Total	1.844	4.761.545,48

Fonte: Relatórios do Sistema de Informações da Acrecid 2004-2006

Pelos dados da Tabela 7, observa-se que:

1) faixa de crédito de R$ 300,00 a R$ 1.000,00, com atendimento de 296 operações e empréstimo de R$ 761.847,27, obtém a média de R$ 2.573,80 por cliente;

2) na faixa de valor compreendido entre R$ 1.001,00 a R$ 3.000,00, com 922 operações atinge a importância emprestada de R$ 2.380.772,74, e média de R$ 2.582,00;

3) na faixa de valor entre R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00, perfaz a importância de R$ 476.154,45; e,

4) na faixa compreendido acima de R$ 5.000,00, com atendimento de 442 clientes atinge a quantia de R$ 1.142.770,92, com média de R$ 2.585,45.

Portanto, as 1.844 operações do período (2004 – 2006) perfazem um volume de empréstimo na quantia de quase R$ 4,8 milhões, com média geral de R$ 2.603,00, constatado pela Tabela 7.

Considera-se, assim, que: o grande volume de empréstimos, mesmo que tenham atingido uma média idêntica, são focalizados nas faixas: segunda (de R$ 1.001,00 a R$ 3.000,00) e na última, ou seja, empréstimos acima de R$ 5.000,00

(cinco mil reais) comprovando, assim, que a necessidade de recursos estava em capital misto.

Na outra faixa de maior volume, acima de R$ 5.000,00, o grande volume de empréstimo ocorreu em função de ter sua destinação os pequenos produtores rurais, na aquisição de equipamentos de resfriamento de leite, segundo informações da diretoria, o que mascara o grau de focalização da atuação da Acrecid.

Assim, o pequeno número de operações na faixa inicial, conforme a Tabela 8 consumiu somente 16% do total emprestado pela Acrecid no período. Mas a maior parcela dos quase R$ 4,8 milhões foi para operações na faixa de crédito entre R$ 1.001,00 a R$ 3.000,00, (50%).

Tabela 8 - Distribuição do total emprestado por faixa de crédito (2004-2006)

Faixa	Percentagem
Até R$ 1.000	16,00%
De R$ 1.001 a R$ 3.000	50,00%
De R$ 3.001 a R$ 5.000	10,00%
Acima de R$ 5.000	24,00%

Fonte: Relatórios do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

Portanto, em um paralelo com a retórica utilizada para discutir a concentração de renda no Brasil, os clientes mais pobres, na Tabela 9, (56% do total) tiveram acesso a 16% do total de recursos emprestados, enquanto os menos pobres (6%) movimentaram 24% desse montante, conforme se demonstra a seguir:

Tabela 9 - Distribuição dos clientes por faixa de crédito (2004-2006)

Valor	Percentual
Até R$ 1.000,00	56,00%
De R$ 1.001,00 a R$ 3.000,00	28,00%
De R$ 3.001,00 a R$ 5.000,00	10,00%
Acima de R$ 5.000,00	6,00%

Fonte: Relatórios do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

Assim, com relação à focalização, em virtude das resoluções da diretoria, pode-se dizer que desde o início das atividades, o Comitê de crédito adotou a política de garantia mista das operações ativas da Acrecid, ou seja, combinam avalista com garantias reais.

Os indicadores sobre o alcance da Acrecid parecem apontar adequada focalização em termos de valor médio das operações, distribuição dos créditos por faixa de valor e setores da economia beneficiados. Entretanto, se o programa da Acrecid estivesse dirigido para políticas públicas, deveria ter maior incidência sobre a população mais carente. Conseqüentemente, a instituição demanda ajustes de foco que poderiam incluir aumento de empreendedores de menor renda, que se encontra na primeira faixa, o que implicaria assumir maiores riscos em favor de empreendimentos ou outros grupos sociais beneficiáveis por estímulos direcionados.

5.2. Análise do Problema da Sustentabilidade do Programa

A respeito da sustentabilidade, com a ajuda e consulta as demonstrações financeiras (períodos), balanços anuais (períodos) da Instituição e pelos dados fornecidos pelo Sistema de Informação, possibilitaram a confecção e análise da Tabela 10.

Tabela 10 - Indicadores de Resultado (2004 - 2006)

Item/ Ano	2004	2005	2006	2006/2004
Receita operacional bruta	9.809,29	110.023,72	389.228,14	-
Var anual	-	1.121,63%	353,77%	3.968,36%
Despesas operacionais	65.105,90	107.542,93	212.667,27	-
Var. anual	-	165,18%	197,75%	326,65%
Resultado anual	(55.296,61)	2.480,79	176.560,87	-
Despesas com pessoal (s / benefícios)	23.692,71	62.752,19	109.700,30	-
Var. anual	-	264,86%	174,81%	462,01%
Despesas com pessoal / despesa total	36,39%	58,35%	51,58%	1,42
Receitas financeiras	497,24	8.775,45	173.212,15	34.834,72%
Despesas financeiras	730,74	11.938,97	47.448,32	6.493,19%
Resultado anual	(233,50)	(3.163,52)	125.763,83	53.860,31%
Clientes	184	648	1.012	-
Var. anual	-	352,17%	156,17%	550%
Carteira ativa	369.563,00	1.598.106,13	2.793.876,35	-
Var. anual	-	432,43%	174,82%	755,99%
Ativo	797.510,74	2.134.022,27	4.983.740,97	-
Var. anual	-	267,58%	233,54%	624,91%
Carteira / ativo	46,34%	74,89%	56,06%	1,21
Patrimônio líquido	238.391,94	294.295,99	1.168.416,91	-
Var. anual	-	123,45%	397,02%	490,12%
Carteira / PL	155,02%	543,03%	239,12%	1,54
PL / Carteira	64,51%	18,41%	41,82%	0,64
Empréstimos a pagar	537.000,00	1.838.700,00	3.804.651,80	708,50%
Empréstimos / Patrimônio líquido	225,26%	624,78%	325,62%	1,45
Empréstimo / Ativo	67,33%	86,26%	76,34%	1,13
Empréstimo / Receita operacional	5.474,40%	1.671,18%	977,49%	0,18

Fonte: Demonstrações financeiras (2004-2006), balanços anuais (2004-2006) e dados fornecidos pelo Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006.

Na análise de custo empresarial, tem grande importância o custo com pessoal, que sempre se apresenta como uma parcela relevante da despesa. Na Acrecid, o crescimento das despesas operacionais foi maior que o das despesas com pessoal no ano 2004 e em 2006.

Em 2005, ano de implementação de oferta de crédito acrescida do aumento da clientela, a variação das despesas com pessoal (264,86%) supera a variação nas despesas operacionais (165,18%). Relativamente, as despesas operacionais tinham crescido 326,65%, enquanto o gasto com pessoal variou de 462,01%. Assim, a participação do gasto com pessoal, no total das despesas totais subiu de 36,39%, em 2004, para 51,58%, em 2006, o que se torna um índice alto para a instituição que estava em amadurecimento das atividades.

Este fato gerou desequilíbrio nas contas da instituição. Mas, o entendimento entre os parceiros (Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social - SEAPS, SEBRAE, FIERO, PORTOCREDI, FECOMÉRCIO, entre outros) estabeleceu contrato com a Administração Estadual. A partir de então, esta passou a fazer doação de recursos para gasto com pessoal (originário do Fundo Institucional de Desenvolvimento do Estado de Rondônia - FIDER), passando, a Acrecid a ser subsidiada com recursos do fundo.

Nesta configuração, a Acrecid obtém lucro somente em 2006. Entre 2004 e 2006, a carteira ativa cresceu 755,99%, e as receitas operacionais ainda mais, 3.968,36%, vitaminadas pelo gerenciamento das contas a receber e pela decisão de incorporar aos custos do crédito oferecido pela instituição, uma tarifa bem conhecida do sistema financeiro convencional: **a taxa de abertura de crédito (TAC)**, no percentual de 5% do valor da operação. O melhor resultado veio em 2006, R$ 389 mil. Porém, o maior crescimento relativo anual na carteira ativa da instituição foi obtido em 2005, de 432,43%, contra 174,82%, de 2006.

O volume da carteira em relação ao ativo no ano de 2004 foi de 46,34%, 74,89%, em 2005 e de 56,06% em 2006. A performance especial do ano de 2005 influenciou as liberações de empréstimos pelo FIDER, o qual destinou, entre 2004 e 2006, cerca de R$ 6 milhões à Acrecid, com o objetivo de torná-la instituição de referência para a expansão do microcrédito em Rondônia.

Como a outra palavra para uma operação de crédito é dívida, nem todos os que se encaixam entre os pobres economicamente ativos podem receber empréstimos. Atender aos muito pobres (em condições de trabalho) é complicado porque alguns não desejam crédito; alguns esperam ajuda do governo, sob a forma de programas assistenciais como o seguro-desemprego, bolsa-família, etc; em outros predomina baixa auto-estima. Além disso, financiar um empreendedor que desenvolve a atividade há menos de seis meses significa risco de assumir o financiamento de uma atividade eventual. A rotatividade de atividades é intensa na economia informal: em poucos meses, o trabalhador testa várias áreas.

Aqui cabe uma ressalva, segundo informações da diretoria. Os empréstimos feitos ao FIDER, após um prazo estabelecido, são transformados em doações, o que incrementa o ativo, tendo assim, um substancial efeito econômico na instituição, o que foge ao modelo de microcrédito mundial.

5.3. Análise do Problema da Dimensão do Impacto Econômico

Os indicadores quantitativos de impacto econômico, de performance e social da Acrecid, coletados por meio de pesquisa por amostragem nas fichas cadastrais, tem como objetivo completar o desenho do perfil dos clientes e das operações, com informações não fornecidas pelo sistema. Identificar os padrões de relacionamento dos clientes com o sistema financeiro nacional e quantificando o impacto econômico e social do crédito, em termos de incremento de renda familiar e geração de emprego é outro objetivo.

Com relação à dimensão econômica da renda familiar, 19% dos clientes viviam com rendimentos inferiores a R$ 500,00, conforme a Tabela 11, enquanto 40% recebiam remunerações superiores a R$ 2.000,00. Na faixa de menor renda se concentra as atividades informais, 76% deles (1.401) estavam à margem do sistema financeiro, conforme a Tabela 19. Da amostragem dos clientes, 62% afirmaram ter casa própria – independentemente da existência de títulos de propriedade.

Tabela 11 - Distribuição dos clientes por faixa
de renda familiar na primeira operação (2004 - 2006)

Faixa	*Abs*	*Rel*
Até R$ 500,00	350	19,00%
De R$ 500,00 a R$ 1.000,00	516	28,00%
De R$ 1.001,00 a R$ 2.000,	240	13,00%
Acima de R$ 2.000,00	738	40,00%
NI ou ND	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid, 2004-2006,

As informações coletas pelos agentes de crédito, através do LSE, muitas vezes, resultam em conflitos quanto a verificação do impacto econômico das operações. Os formulários contemplam a possibilidade de comparação dos dados do empreendimento a cada operação, de modo que, no momento da análise de crédito, fosse possível avaliar o estágio de evolução do negócio. Não obstante, os levantamentos sócio-econômicos (LSE), freqüentemente, repetem as informações anteriores, sem procurar constatar, com maior precisão, o impacto da operação sobre a renda, o emprego e a relação de bens (MICK, 2003).

Os dados sobre renda familiar, anotados nos levantamentos sócio-econômicos – LSE, em grande parte dos casos não especifica com clareza as

distintas origens das rendas. Nesses formulários, a renda proveniente do investimento ou não é determinada, ou é somada a outras fontes no campo “renda familiar”. Cada levantamento apresenta um resumo do fluxo de caixa mensal do empreendimento, com suas receitas e despesas, lucro e, em função dele, potencial para receber crédito. Como o lucro não é, necessariamente, agregado à renda do empreendedor, não se considerou computar como renda.

Dadas essas peculiaridades, 81% da clientela analisada registraram crescimento na renda, 17% anotaram queda e 2% indicaram que a renda permaneceu igual, conforme a tabela 12 a seguir.

A Tabela 12 apresenta a variação da renda do empreendedor entre a primeira e a última operação de cada cliente, no período selecionado.

Tabela 12 - Variação da renda do empreendedor entre a primeira e última operação (2004 - 2006)

Variação	*Abs*	*% sobre amostra*
Positiva	1.494	81,00%
Nenhuma	37	2,00%
Negativa	313	17,00%
Sem informação*	-	-
Total	1.844	100,00%

* Clientes com apenas um crédito e clientes com mais de um crédito, mas com LSE incompleto.

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006.

Através de uma análise criteriosa poderia detectar-se que as informações fornecidas pelo potencial cliente, são alteradas para favorecê-lo, como ocorre com as informações fornecidas para os Censos do IBGE. Quando ganha pouco, aumenta; quando ganha muito, diminui. Assim, são informações não muito confiáveis, pois não precisa comprovação.

A Tabela 13 apresenta a distribuição dos clientes por fonte adicional de renda familiar da clientela, no período estudado.

Tabela 13 - Distribuição dos clientes por fonte adicional de renda familiar (2004 - 2006)

Classe	*Absoluta*	*Relativa*
Tem apenas uma fonte de renda	1.512	82,00%
Tem mais de uma fonte de renda	332	18,00%
NI ou ND	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

5.4. Análise do Problema de Performance das Operações de Microcrédito

O perfil das atividades dos clientes da Acrecid é desde a inauguração da instituição, muito semelhante. Mais da metade lida com produção, enquanto apenas 18% trabalham diretamente no comércio e 12% nos serviços, conforme a Tabela 14.

Esses empreendimentos são, naturalmente, diversificados, espelhando a riqueza das alternativas de sobrevivência encontradas pela população de Rondônia. Excluídos das relações formais de emprego, os clientes da Acrecid dedicam-se a uma miríade de atividades, conforme Tabela 14, com graus variados de exigência de capacitação e competitividade. Em geral, são empreendimentos com pouca ou nenhuma tecnologia, baseados no auto-emprego:

i) *Produção*, situados em um campo de atividade que se nutre, sobretudo, por mão-de-obra artesanal: confecções, serralherias, fabriquetas de fundo de quintal, manufaturas de bijuterias, etc.

ii) *Serviços*, a variedade é desnorteante: de borracharias a agências de comunicação, de fretistas a academias de ginástica, passando pelo amplo leque de profissionais liberais (dentistas, contadores, corretores, advogados, arquitetos, engenheiros, fotógrafos, psicólogos, veterinários), manicure, salão de beleza, entre outros.

iii) *Comerciais*, encontram-se nestas atividades: Camelôs, ambulantes, feirantes, sacoleiros, pipoqueiros, vendedores de cachorro-quente. Destacam-se, nesse setor, as vendas de alimentos, roupas, calçados e artigos de cama, mesa e banho.

A Tabela 14 apresenta a distribuição dos clientes por setor, no período estudado.

Tabela 14 Distribuição dos clientes por setor (2004 - 2006)

Setor	*Absoluta*	*Relativa*
Comércio	331	18,00%
Serviço	221	12,00%
Produção	959	52,00%
Misto	332	18,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

Da clientela da Acrecid somente 4 são formais (empresas), 0,22%, e 99,78% são informais (percentual que indica certa atuação na focalização), conforme a Tabela 15. Eram ambulantes, vendedores de cachorro-quente, pequenos comerciantes (sobretudo de roupas) e donos de confecções. Existe predominância de mulheres dentre a clientela: elas são 66%, conforme a Tabela 16.

A Tabela 15 mostra a distribuição da clientela estudada no período, conforme a atividade exercida, se formal ou informal.

Tabela 15 - Distribuição dos clientes conforme a atividade formal ou informal (2004 - 2006)

Tipo	*Absoluta*	*Relativa*
Formal	04	0,22%
Informal	1.840	99,78%
ND ou NI	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

A Tabela 16 demonstra como está distribuída a clientela da instituição, ao longo do período, por gênero.

Tabela 16 - Distribuição dos clientes por gênero (2004 - 2006)

Gênero	*Absoluta*	*Relativa*
Feminino	1.217	66,00%
Masculino	627	34,00%
ND ou NI	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

Na Tabela 17 apresenta-se a distribuição da clientela por tipo de operações, no período, que permite observar a destinação dos recursos.

Tabela 17 - Distribuição dos clientes
por tipo de operação (2004 - 2006)

Tipo	*Absoluta*	*Relativa*
Capital de Giro	664	36,00%
Capital Fixo	240	13,00%
Capital Misto	940	51,00%
NI ou ND	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006

Esses empreendedores ao procurarem a Acrecid querem obter, principalmente, empréstimos de capital misto (giro e fixo), que respondem por 51% do total de operações da instituição, conforme Tabela 17. O investimento em capital fixo, necessidade típica de empreendimentos com maior grau de estruturação, é o objetivo de apenas 13% dos empréstimos.

Concluído o pagamento de cada operação, o cliente pode obter uma renovação e receber valor maior. O problema é que mais da metade dos tomadores de empréstimo da Acrecid, praticamente, não conseguem ir além da primeira operação.

Conforme a Tabela 18, do total de clientes, 56% não tomaram mais que um crédito.

Tabela 18 - Clientes por
Quantidade de operações (2004 - 2006)

Total de operações	*Absoluta*	*Relativa*
1	1033	56%
2	516	28%
3	258	14%
4	37	02%
Acima de 4	-	-
ND ou NI	-	-
Total	1844	100%

Fonte: Relatório do Sistema de Informacão da Acrecid 2004-2006

Esses dados são importantes porque, desde a experiência pioneira do Grameen Bank, avalia-se que o impacto do microcrédito é cumulativo: não basta apenas **uma** operação para assegurar o crescimento sustentável e significativo da renda dos tomadores. Ao contrário de créditos de maior valor, os quais podem ser suficientes para a reestruturação de um empreendimento e a retomada de seu funcionamento em bases mais produtivas e rentáveis.

5.5 Problema da Dimensão do relacionamento com o Sistema Financeiro

A premissa de que os clientes da Acrecid estariam fora do alcance do sistema financeiro nacional é constitutiva da identidade da instituição.

A Tabela 19 mostra que 2% dos clientes da instituição tinham conta em um ou mais bancos. Afirmaram não ter conta bancária 76% dos beneficiários. O percentual é bem maior entre os clientes com renda mensal inferior a R$ 500,00 (90,00%).

Tabela 19 - Grau de bancarização dos clientes (2004 - 2006)

Grau de bancarização	*Absoluta*	*Relativa*
Não tinha conta bancária	1.401	76,00%
Tinha conta em um banco	406	22,00%
Tinha conta em mais de um banco	37	2,00%
ND ou NI	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informação da Acrecid 2004-2006.

No ato da concessão de crédito, a Acrecid indica um de seus parceiros, para que o cliente possa abrir e movimentar conta bancária, como é o caso da PortoCredi. Assim, está fazendo inclusão, no sistema financeiro, da sua clientela.

5.6 Análise do Problema da Dimensão do Impacto Social do Microcrédito

Frente as analisadas, não é difícil compreender que a Acrecid fornece crédito para atividades que geram poucos empregos.

Pela análise da Tabela 20, precisamente, 62% dos empreendimentos são caracterizados pelo auto-emprego e somente 6% mantinham mais de três empregados.

Tabela 20 - Distribuição dos clientes quanto ao número de empregos por empreendimentos (2004 - 2006)

Faixa	*Absoluta*	*Relativa*
Auto-emprego	1.113	62,00%
Um emprego	424	23,00%
Dois empregos	166	09,00%
Três ou mais empregos	111	6,00%
ND ou NI	-	-
Total	1.844	100,00%

Fonte: Relatório do Sistema de Informacão da Acrecid 2004-2006

A geração de postos de trabalho de baixa qualidade pelo setor informal é uma visão da economia tradicional que o considera um setor desprotegido. Neri (2001) exibe claras evidências de uma relação inversa entre renda familiar *per capita* e taxa de informalidade (incluindo na informalidade os trabalhadores por conta própria, sem carteira de trabalho e os não-remunerados).

Esses fatores não refletem problemas conjunturais de mercado de trabalho, mas, sim, a falta de capital, próprio ou emprestado, para desenvolver o negócio, mas o microcrédito poderia resolver, parcialmente, o problema. Todavia, a pesquisa demonstra que, a clientela da Acrecid, de forma geral, não se detectando o motivo, não retorna para novos empréstimos, assim, não poderão gerar novos postos de trabalhos, mesmo informal (NERI, 2001).

Algumas considerações, sobre a matriz de análise:

Os indicadores de impacto econômico apontam alguns elementos importantes:

1. Quanto ao perfil dos clientes, demonstra que apenas um a cada cinco clientes da Acrecid provém de famílias com renda mensal inferior a R$ 500,00.

2. Que entre eles, 99,78% são trabalhadores da economia informal e 40,00% tem renda superior a R$ 2.000,00.

3. Ao emprestar mais para esse nível de renda, a preocupação da instituição é com a auto-sustentabilidade, que afeta de maneira decisiva a focalização, o que não tem razão de ser, vez que a instituição recebe subsídio para a sua sustentação.

4. Não há indícios de que os clientes de menor renda sejam menos regulares ou promissores que os de renda mais elevada: a média dos valores de empréstimo é equivalente, em todas as faixas de créditos, e, embora suas taxas de permanência no programa de crédito sejam menores, isso se deve mais ao valor das operações, proporcionalmente menor. Como o crescimento de renda tem maior incidência nessa faixa de clientes, é razoável concluir que a ampliação da focalização nessa parcela dos empreendedores poderia resultar num incremento do impacto econômico e social do programa. Do mesmo modo, a focalização entre clientes não-bancarizados resultaria numa ampliação do volume de operações inferiores a R$ 1.000,00. Cada opção de focalização tem seu custo.

Conseqüentemente, com relação ao impacto econômico e social, os indicadores colhidos demonstram reflexos positivos na renda de mais da metade dos empreendedores (56%) e na geração de emprego – dois a cada cinco clientes.

5. O aumento de renda registra-se, com maior probabilidade, entre clientes da economia informal e de renda mais baixa. Já o nível de emprego varia positivamente entre clientes mais estruturados. Em ambos os casos, existe correlação entre a permanência no programa de crédito e os resultados positivos.

. 6. O microcrédito representa uma oportunidade para incremento de renda, conforme a Tabela 12, e contribui para a geração de novos empregos, conforme a Tabela 20, mas isso não significa a generalização para expansão dos empreendimentos, do crescimento da produtividade e a conquista de novos mercados.

7. O microcrédito proporciona a elevação do faturamento e da produtividade o suficiente para elevar as rendas a um nível razoável para o empreendedor. Observa-se, assim, que a contribuição para o desenvolvimento econômico é, constata-se, modéstia.

5.7 Análise dos Indicadores da Acrecid com os Benchmarck's do Brasil e América Latina

No tratamento de *benchmark* da Acrecid, do Brasil e latino-americano, são analisados: a estrutura de capital, a carteira ativa, a produtividade e eficiência, rentabilidade e crescimento; conforme Gallagher et al. (2002), para média brasileira e Jansson e Taborga (2000), para metas e média da América Latina, pode-se inferir da Tabela que:

A Tabela 21 relaciona os indicadores apurados da Acrecid com os indicadores do Brasil e da América Latina de instituições de microcrédito.

Tabela 21 Indicadores da Acrecid comparados com *benchmark* do Brasil e América Latina

Indicador	Média Acrecid	Média Brasil	Média América Latina
Estrutura de Capital			
Passivo /patrimônio	4,3	9,7	3,18
Patrimônio /Carteira bruta	178%	119 %.	53,1 %
Carteira			
Carteira em risco > 30 dias /Carteira br	- . -	7,45 %	4,6 %
Rendimento da carteira bruta	4,20%	6,78%	-- - .
Produtividade e eficiência			
Despesas -provisões/ carteira média	13,39%	49,42 %	28,8 %
Produtividade dos agentes de crédito	144,57	191,27	> 300
Salário médio mensal do agente de crédito (R$)	700,00	717,44	US$ 1.300,00
Rentabilidade			
Carteira bruta /ativo total	56%	63,0 %	78,1 %
Aplic. financeiras /ativo total	23,0%	28,6 %	16,3 %
Retorno sobre ativos	4,68%	6,6 %	4% - 8 %
Auto-suficiência operacional	75,7%	90,6 %	-- - .
Auto-suficiência financeira	prejudicado	92,3 %	-- - .
Crescimento			
Crescimento da carteira br	756,0%	106,2 %	> 15 %
Crescimento do nº de clientes	550,4%	179,64 %	-- - .
Crescimento médio de empréstimos (R$)	2.760,00	1.121,00	US$ 674,00

Fontes: Demonstrativos financeiros; balanços anuais e informações do sistema; Gallagher et al. (2002), para média brasileira; Jansson; Taborga (2000), para metas e média da América Latina

1) Com relação aos indicadores de estrutura de capital, a média da Acrecid foi superior a média brasileira e latino-americana. Ressalva-se que, os empréstimos requeridos pela instituição transformam-se, após determinado tempo, de acordo com o contrato de parceria, em doações, ocasionando, assim, uma redução do passivo e um aumento patrimonial. Em conclusão, a estrutura de capital institucional é subsidiada, prejudicando a análise comparativa com instituições que faz sua captação de recursos no mercado financeiro nacional e internacional.

2) Para o indicador de carteira, a Acrecid desenvolveu tecnologia que evita a inadimplência, proporcionando, a sua clientela, oportunidade de negociação de débito atrasado. Conseguindo algo inédito no mercado financeiro, não ter inadimplência. Em conseqüência, pela inexistência de inadimplemento, em seu Plano de Conta não existe a conta provisão. Mesmo assim, a rentabilidade bruta fica aquém da média brasileira, não existindo parâmetro para a média latino-americana.

3) Dos indicadores de produtividade e eficiência, as médias da instituição foram inferiores a brasileira e a latina-americana, pois a instituição não usa o deslocamento de agentes de créditos para a captação de clientes, adotando o sistema bancário convencional, a espera de cliente que procura a agência. Ficando, com relação ao indicador de despesas/carteira bem inferior à média brasileira, assim como a latina-americana. Com relação a salário médio do agente de crédito este é equivalente à média brasileira e a continental.

4) No que diz respeito aos indicadores de rentabilidade, as médias da Acrecid são todas inferiores a brasileira e latina-americana, demonstrando que mesmo tendo por objetivo a sustentabilidade, a instituição não alcançou a média, e se poderia justificar pela juventude do programa em Rondônia.

5) Apesar dos indicadores demonstrarem um ritmo de crescimento acima de 100% [na média, 756% no número de clientes e 550% na carteira], esse percentual pode distorcer a realidade, visto que tem como base um valor inicial muito pequeno e poucos anos de atuação.

A falta de uma visão mais audaciosa dos gestores da Acrecid dificulta o alcance de um crescimento maior. Essa posição faz parecer que a visão social da instituição não tem o compromisso de atender tantos clientes quanto for possível, mas, pelo contrário, diretores e conselheiros estão satisfeitos com um negócio pequeno e bem montado. Há pouca ambição ou vontade para enfrentar um desafio maior (GALLAGHER et al., 2002, p. 133).

CONCLUSÃO

As transformações verificadas no mercado de trabalho, ao longo dos últimos anos, provocaram desemprego de crescentes contingentes de mão-de-obra. Estes fatos suscitaram a busca de alternativas de trabalho e renda, para uma grande parte da população brasileira, que foi excluída do mercado formal de emprego, permitindo que, com sua imaginação, encontre algumas soluções, principalmente, quando se tratar de subsistência. Essa exclusão gerou distorções no mercado, como sub-economia, economia subterrânea, economia de subsistência, economia informal, ou, mais especificamente, economia popular, para onde foi induzida essa mão-de-obra. Dentro deste contexto, encontram-se os mais diversificados tipos de empreendimentos, espelhando a riqueza de alternativas de sobrevivência encontradas pela população.

Rondônia, não foge a regra, porque ao tratar dos excluídos da relação formal de emprego, a população local busca por soluções, e a encontra nos empreendimentos com pouca ou nenhuma tecnologia, baseados, principalmente, no auto-emprego.

O microcrédito é um programa de política pública que procura responder a um fator fundamental para a população de baixa renda - a exclusão financeira. Essa, não encontrando recursos para desenvolver suas atividades, uma vez que, os bancos convencionais exigem garantias reais, e não as possuindo, está fora do sistema financeiro. Contudo, esta população encontra no microcrédito a resposta para a aquisição de capital de giro e capital fixo, recursos escassos para eles.

O microcrédito concedido pela Acrecid, como programa governamental para o desenvolvimento regional, mediante o combate a pobreza, age como as restantes das instituições financeiras. Os dados empíricos demonstram que a instituição está mais preocupada com a sustentabilidade financeira da sua atividade do que a massificação do seu objetivo social, de combate à pobreza e de inclusão dos menos privilegiados. Portanto, o microcrédito, praticado pela Acrecid, não promove, na totalidade, o desenvolvimento local, salvo quando concede crédito para microempreendedores da economia informal.

Os dados da instituição demonstraram ainda, que, por mais intensa que seja a sua contribuição aos pequenos empreendimentos, eles não conseguem ir além da incorporação financeira individual: a maioria dos microempreendimentos fomentados

encontra apenas um equilíbrio financeiro momentâneo, que assegura aos indivíduos a possibilidade de continuar sobrevivendo até que alguma crise exponha sua vulnerabilidade. A manutenção do auto-emprego informa que a atuação da Acrecid colabora para evitar o agravamento da exclusão, porque o aumento de renda familiar representa um alento para os empreendedores num contexto de paradigma liberal.

Salvo raríssimas exceções, o que se pratica no Brasil é a oferta de pequenos créditos para aqueles que não têm acesso ao Sistema Financeiro Nacional - SFN – vide regulamentação. Muito distinto, evidentemente, do que entendia Yunus quando começou a experiência que iria resultar no Banco Grameen. O grande mérito do microcrédito é conjuminar a concepção de que o problema é menos uma questão financeira e mais uma questão social. O microcrédito praticado pela Acrecid, portanto, em que pese ser um poderoso instrumento de combate às iniqüidades sociais, tem sua eficácia reduzida ao atuar sem a presença de políticas públicas proativas, principalmente as redistributivas: o Estado precisa perceber as externalidades geradas pelas atividades do microcrédito.

Assim, com relação de que o Microcrédito, enquanto programa de crédito de unidades produtivas menos favorecidas pelo sistema de crédito formal, apresentou falha na expansão da renda e do emprego, isto é, no desenvolvimento econômico local e a inclusão da parcela da pobreza no mercado formal ou informal, foi constatada. Quando a instituição ao conceder crédito representou uma oportunidade para incremento de renda, mas pouco contribui para a geração de novos empregos, sua participação, portanto, para o desenvolvimento econômico é, constata-se, modéstia.

E, finalmente, mesmo alcançando indicadores de performance e de resultado, a Acrecid se torna atípica, pois ao oferecer crédito a diversos segmentos da sociedade, e não somente à população pobre, perde o caráter de microcrédito passando a ter forma de agência de crédito.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO. **Relatório de gestão do Sistema de Informação**. Porto Velho: Acrecid, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO. **Balanço e Demonstrativo de Resultados**. Porto Velho: Acrecid, 2004.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO. **Relatório de gestão do Sistema de Informação**. Porto Velho: Acrecid, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO. **Balanço e Demonstrativo de Resultados**. Porto Velho: Acrecid, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO. **Relatório de gestão do Sistema de Informação**. Porto Velho: Acrecid, 2006.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO CIDADÃO. **Balanço e Demonstrativo de Resultados**. Porto Velho: Acrecid, 2006.

DIAGNÓSTICO E CENARIZAÇÃO MACROSSOCIAL DA AMAZÔNIA LEGAL: Condições Sócio Econômicas dos Municípios da Amazônia Legal. Belém: ACORDO SUDAM/PNUD, 2000.

ALBAGLI, Sarita. Globalização e Espacialidade: o Novo Papel do Local. *In* CASSIOLATO, José Eduardo e LASTRES, Helena Maria Martins (editores). ***Globalização & Inovação Localizada****: experiências de sistemas locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1998.

BANCO CENTRAL. DO BRASIL. **Legislação.** Brasília**,** 2007. Disponível em http://www.bcb.gov.br acesso em jan/2007.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001:** a luta contra a pobreza. Washington DC: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: jul/2007.

BARROS, R. P. A eficácia das políticas de trabalho e renda no combate à pobreza. In: VELLOSO, J. P. R., ALBUQUERQUE, R. C. (Coords), DORNELLES... [et al.]. ***Soluções para a questão do emprego***. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 150p.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. ***Handbook of theory and research of the sociolohy of education***. Greenwood, New York, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. Esplanada dos Ministérios, Bloco J. Brasília. DF. Disponível em: aliceweb@desenvolvimento.gov.br acesso em: jun/2007.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COSTA, Fernando N. **A Revolução do Microcrédito**. São Paulo: Artigo publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* em 15/01/2001a.

COSTA, Luciana M. **O microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de minas: ênfase ao crediamigo do banco do nordeste**. Belo Horizonte: Dissertação apresentada ao CEDEPLAR – UFMG, 2001b.

FRANCO, Augusto. **Capital social:** leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília, Instituto de Política / Millennium, 2001.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALLAGHER, T., DUDLEY, D., ASSUMPÇÃO DE ARAÚJO, C., CORREA, V., FORTUNA, J. **O Mercado de crédito para pessoas de baixa renda no Rio de Janeiro**. Relatório preparado para a Comunidade Européia, Versão preliminar, janeiro 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.

IBGE/SEPLAN. **Contas Regionais do Brasil**, 2000-2004.

IBGE - **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios**. 2005.

IBGE- **Síntese dos Indicadores Sociais do Brasil,** 2006.

JACOB, Cláudio A. **Crédito bancário no Brasil:** uma interpretação heterodoxa. São Paulo, Tese de Doutorado, IE/UNICAMP/SP, 12/2003.

JANSSON, Tor and TABORGA, Miguel. **The Latin American microfinance industry: how does it measure up?** Washington: IADB, 2000.

KEYNES, John M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985.

KRAYCHETE, E. S. **As Organizações de Cooperação Internacional, a redefinição de Desenvolvimento e Pobreza e as Microfinanças**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 16, número 2(28), pp. 249-268, 2005.

MALUF, Renato S. **Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico**. Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 36-68.

MATOS, F. **Avaliação comparativa das atividades de microcrédito Brasil e Bolívia.** Ensaio defendido na PROLAM/USP, 2002.

MICK, J. **O Caráter Social do Crédito. Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo –** a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). Florianópolis: Tese de Doutorado/UFSC, 2003.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alli. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINSKY, Hyman. **Stabilizing an Unstable Economy**. New Haven, Yale University Press, 1986.

NERI, M.C. Mercado de trabalho e desemprego no Brasil: diferentes histórias em diferentes situações. In: VELLOSO, J. P. R., ALBUQUERQUE, R. C. (Coords), DORNELLES, F. et al. ***Soluções para a questão do emprego***. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

NERI, M. C. **Análise dos Negócios Nanicos a partir da Pesquisa Economia Informal Urbana – ECINF – SEBRAE** - Texto para discussão nº 01 - Brasília, agosto de 2005. Disponível em: http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/subarea2?OpenForm&AutoFramed&jmm=ECONOMIA acesso em: set/2006.

OSER, J. e BLANCHFIELD, W. C. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1983.

PAVARINA, Paula, R. J. P. **Desenvolvimento, crescimento e o capital social em São Paulo**. Piracicaba: Tese de Doutorado-USP-SP, 2003.

PEREIRA, F. B. **Microcrédito e a democratização do mercado financeiro:** O caso do Banco Popular de Ipatinga – MG. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Cedeplar/UFMG. 2004.

PNUD – **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 1991-2000. Disponível em: www.pnud.org.br acesso em set/2006.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas 1996.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização Popular. In: GADOTTI, Moacir, GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs). ***Educação comunitária e economia popular***. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

REIS, Carlos N**. Exclusão Social e Atividade Produtiva:** A Dinâmica Socioeconômica dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. Análise. Porto Alegre. v. 16. p. 45-65. jan./jul. 2005.

RIBEIRO, A. R. **A Importância do microcrédito: A experiência do Grameen.** Revista Análise, Ano III/Nº 5. p. 49-56. mar/2002.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil. Afinal do que se trata?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social-SEAPES. **Relatório de Gestão Anual**. PVH-RO, 2006.

SANT'ANA, S. R. **Expansão do Microcrédito no Brasil**. Brasília: Fundação Grupo Esquel do Brasil, 2001. Disponível em: http//www.esquel.org.br/> Acesso em 17.05.2007.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978. 119p.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, V. S. **O microcrédito como mecanismo de fomento para o desenvolvimento socioeconômico**. Taubaté: Dissertação de Mestrado – Universidade de Taubaté – SP, 2006.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1985.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MICROFINANÇAS, 2000, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário Internacional de Microfinanças: ensaios e experiências**. Rio de Janeiro: BNDES/PDI, 2000. 145p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/anais.pdf>. Acesso em: jul.2006.

SEN, A. **Issues in the measurement of inequality: some difficulties, in krelle and shouocks**. *Scandinavian Journal of Economics*, v.81, 1989.

_____. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENA EMPRESA. **Pesquisa Sebrae MPE. 2003**. Acesso em mai.2007. Horário: 19h12min. Disponível em: http://www.sebrae.org.br/links/pesquisa_socioeconomica/htm#.asp

SILVEIRA, Caio M. Desenvolvimento local: marcos conceituais. In: SILVEIRA, Caio Márcio e COSTA REIS, Liliane (orgs). ***Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias***. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária / Governo Federal /Rits, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, Tagore V. SIFFERT FILHO, Nelson F. **Desenvolvimento Regional no Brasil:** Tendências e Novas Perspectivas**.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 79-118, dez. 2001.

SOUZA, Nali J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Paulo R. **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

STIGLITZ, Joseph e WEISS, A. **Credit Rattioning in Markets with Imperfect Information**. In: The American Economic Review, vol. 71, n° 3, 1981.

SWINBURN, Gwen. **Desenvolvimento Econômico Local -** Guia rápido do DEL - Banco Mundial, 2006 p.3 – Disponível em: www.worlbank.org/urban/led acesso em: 09/11/07.

THOMAS, V., DAILAMI M., DHARESHWAR A., KAUFMANN D., KISHOR N., LÓPEZ R., WANGET Y. **A Qualidade do crescimento** /tradução Élcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática. 2000.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo